

Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina

Glauco Olinger





Governador do Estado
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Ricardo de Gouvêa

Presidente da Epagri
Edilene Steinwandter

Diretores

Giovani Canola Teixeira
Administração e Finanças

Humberto Bicca Neto
Extensão Rural e Pesqueira

Ivan Luiz Zilli Bacic
Desenvolvimento Institucional

Vagner Miranda Portes
Ciência, Tecnologia e Inovação



ISSN 1413-9618 (Impresso)

ISSN 2674-9521 (On-line)

Março/2020

DOCUMENTOS Nº 306

Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina

Glauco Olinger



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Florianópolis

2020

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax: (48) 3665-5010
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pelo Departamento Estadual de Marketing e Comunicação (DEMC) / Epagri

Editoração técnica: Paulo Sergio Tagliari

Revisão textual: Laertes Rebelo

Arte-final: Victor Berretta

Foto de capa: Arado com tração animal, uma das primeiras tecnologias utilizadas pela extensão rural

Fotos: As fotos são do acervo do autor e da Epagri

Primeira edição: março de 2020

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: Gráfica CS

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que a fonte seja citada.

Ficha catalográfica

OLINGER, G. *Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84p. (Epagri. Documentos, 306).

Agricultura e Estado; Assistência Técnica Pública; Extensionista Rural; ETA-Projeto 17; Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.

ISSN 1413-9618 (Impresso)

ISSN 2674-9521 (On-line)

Autor

Glauco Olinger

Engenheiro-agrônomo (Aposentado)

Fundador do Projeto ETA-17 e da Acaresc

Ex-Secretário Estadual da Agricultura de Santa Catarina e ex-Secretário Estadual da Educação e ex-Presidente da Embrater

Av. Jornalista Rubens de Arruda Ramos, 2508 - Andar 901

Bairro Centro

88015-702 - Florianópolis, SC

Fone: (48) 3533-5634

E-mail: olingerglauco@gmail.com

Whatsapp: (48) 91020-7569

Apresentação

Acontecimentos históricos, quando relatados e analisados por quem, efetivamente, os vivenciou, assumem, via de regra, alta credibilidade e valor. Ainda mais quando o testemunho vivo desses acontecimentos reflete a essência e a fidedignidade desses eventos, numa perspectiva dissociada de preconceitos e ideologias. As raízes históricas e a evolução dos primeiros tempos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina contidas neste livro pertencem a essa categoria comprometida com a fidedignidade.

Seu autor, engenheiro-agrônomo e professor Glauco Olinger, é o único ‘sobrevivente’ dentre aqueles pioneiros que ajudaram a implantar e difundir a Extensão Rural no território brasileiro e catarinense.

Nascido há 97 anos (setembro de 1922), numa fazenda dos Campos de Lages/SC, iniciou sua trajetória acadêmica e profissional em 1941, há quase oito décadas, como aluno do Pré-Agrônomo na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), em Minas Gerais. A partir de sua graduação em Agronomia (dezembro de 1946), Glauco Olinger exerceu múltiplas funções em diferentes áreas de atuação: ensino agrícola, fomento agropecuário, engenharia rural, colonização, política agrária, extensão rural, pesquisa, consultoria internacional... Mas além disso, foi Secretário da Agricultura em Santa Catarina, Presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), idealizador e criador do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

No entanto, sua maior *expertise* profissional foi, e continua sendo, a Extensão Rural, desde que implantou o ETA-Projeto 17 (futura Acaresc) em fevereiro de 1956 e onde atuou por cerca de seis décadas, contribuindo para transformar Santa Catarina num dos principais produtores de alimentos saudáveis do país.

Na expectativa de resgatar os fundamentos, a trajetória e as conquistas dos primeiros tempos da Extensão Rural, a direção da Epagri leva ao público, com orgulho e satisfação, este testemunho de seu principal fundador.

Agradecimentos

De primeiro, muito agradecemos à presidente da Epagri, Edilene Steinwandter, pelo apoio dado a esta edição.

Aos engenheiros-agrônomos da “velha guarda” que solicitaram este histórico da extensão rural brasileira e catarinense.

Ao ex-Secretário da Agricultura, Airton Spies, pela sua valiosa colaboração, sobretudo ao interpretar e digitar boa parte de nosso manuscrito.

Finalmente ao Departamento de Marketing e Comunicação, ligado à Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação, pela revisão e pelo enriquecimento do texto e a concretização de sua publicação.

○ Autor

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 Pressuposto..... | 11 |
| 2 Posicionamento | 13 |
| 3 Antes de tudo | 17 |
| 4 Conceito e princípios de ação | 19 |
| 4.1 A Economia Doméstica Rural..... | 22 |
| 4.2 Os Clubes 4S e as cooperativas..... | 25 |
| 4.3 O ensino rural extraescolar e a Semana do Fazendeiro | 28 |
| 4.4 O Serviço Social Rural e o Projeto Gado Leiteiro | 31 |
| 5 A instalação do Serviço de Extensão Rural no Brasil | 33 |
| 6 Antecedentes da Extensão Rural em Santa Catarina | 37 |
| 7 O ETA-Projeto 17..... | 41 |
| 8 Impactos e resultados da Extensão Rural em Santa Catarina – 1956 até a extinção da Acaresc..... | 45 |
| 9 A influência da extensão rural na origem e criação da Embrapa..... | 53 |
| 10 Valores, virtudes e proselitismo político na Acaresc..... | 57 |
| Referências | 59 |
| ANEXO 1 – Currículo do autor | 61 |
| ANEXO 2 – Imagens históricas..... | 77 |

1 Pressuposto

Nada há que mais desfigure a história do que a paixão político-partidária. As ideologias se sobrepõem aos fatos, e a mídia, praticamente financiada pela política partidária, deturpa os verdadeiros acontecimentos.

Em adição às falsas narrativas da mídia, os historiadores, ou pelo menos a maioria deles, imprimem as suas suposições, interesses pessoais e, naturalmente, suas ideologias. Influenciados por filósofos, políticos de variados pendores e outras fontes, da mesma forma, afastam-se da realidade.

Esse fato pode ser observado sobretudo quando se relaciona à política agrária brasileira, com destaque para a extensão rural, as atividades pesqueiras e o fomento agropecuário, dos quais fomos participantes ativos, desde a sua formulação até a sua execução, e continuamos acompanhando durante os últimos 75 anos.

Diante desse pressuposto, valemo-nos de Umberto Eco para lembrar que em suas teses de pós-graduação não é raro constatar-se que determinados autores citam fontes de consultas selecionadas de acordo com o tema em questão, na esperança de provar ser verdadeiro o que não é – mas que eles afirmam ser – apenas para justificar o que seria se fosse. Nada mais do que hipóteses, distantes da realidade histórica.

2 Posicionamento

Para deslindar as origens da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina, convém recordar as ideologias que dominavam o mundo por volta das décadas de quarenta e cinquenta do século passado.

Parte do mundo adotava o regime comunista, que era encontrado na China, isolada da maioria das nações pela denominada “cortina de bambu” governada por Mao Tsé Tung.

Na Rússia, o mesmo regime comunista se isolava pela então conhecida “cortina de ferro”, sob o comando de Vladimir Ulianov, o famoso Lenin, e logo em seguida por Josef Stalin. Todos esses nomes são de ditadores que tomaram o poder por força das armas.

Em oposição frontal ao comunismo, posicionavam-se os Estados Unidos da América no Norte, onde prevalecia o capitalismo, e um regime denominado democracia, sonho realizado pelo presidente Abraham Lincoln. Um regime que também foi implantado por meio de força, após a Guerra Civil Americana.

Entre os dois gigantes polos ideológicos, situava-se a Europa, onde era (e ainda é) encontrada uma salada de ideologias e consequentes regimes de governança caracterizados por monarquias em declínio, parlamentarismo, sociais-democracias e ditaduras sanguinárias. Estas últimas tendo como exemplo o nazista Adolf Hitler, o fascista Benito Mussolini e muitos outros, além dos regimes frouxos na classificação de Gunnar Myrdal.

Na América Latina, os países se alternavam entre ditaduras e pseudodemocracias, como ainda ocorre.

No Brasil, Getúlio Vargas, também com o uso da força, tomava o poder e governava sob um regime que nos permite classificar de ditadura moderada, porquanto não constam no período de sua governança as torturas, as matanças e os genocídios, praticados na China por Mao, na Rússia por Lenin e Stalin. E na Guerra Civil na América do Norte houve também muitas mortes, chegando a centenas de milhares. Além do oceano de sangue na Europa, principalmente em suas duas guerras.

Tais acontecimentos nos permitem deduzir que somente ideias, sem a força das armas, não são o suficiente, pois elas não implantam e nem conservam a governança.

Testemunho vivo dos acontecimentos ocorridos há quase um século (por cerca de noventa e sete anos), com os neurônios relativamente em bom estado, é possível

deduzir que a história escrita e falada na mídia mais corrente, incluindo as salas de aulas, por professores universitários engajados na política partidária, em sua maior parte não é verdadeira.

Essa dedução se fundamenta no fato de que, a partir da década de quarenta do século passado até os dias presentes, temos sido participantes ativos de governos estaduais e federais, incluindo a FAO¹ da (Organização das Nações Unidas), sem ter praticado política partidária.

No decorrer desse longo tempo, foi possível observar que a maioria dos governantes e seus executivos mais imediatos assumem o poder, aparentemente com as mais justas e sinceras intenções de realizar o melhor possível em benefício de toda a sociedade, dando prioridade aos mais necessitados. Pelo menos nos seus discursos de posse nós acreditamos, movidos por um intenso ardor patriótico ou outras emoções veladas, afinal eles se expressam mediante o uso de oratória convincente e insuspeita pela maioria dos ouvintes.

Acontece que uma ameaça constante paira pela cabeça dos governantes e seus executivos, como uma Espada de Dâmocles acionada por adutores e portadores de interesses políticos, financeiros e outras motivações inconversáveis. Isto dá início a tentações que se apoderam dos dirigentes, desde as mais altas hierarquias governamentais até as menores, deflagradas sobretudo pela vaidade. Com raríssimas exceções, os executivos sucumbem, sepultando ou negligenciando as convicções manifestadas na posse dos cargos.

As instituições que comandam iniciam as desagregações com o descaso pela ordem, pela disciplina, pela lisura e transparência das ações, e mergulham nas águas turvas das ilicitudes e no abismo da corrupção. Este é o caldo de cultura que tem sido tomado pela nação brasileira.

A dose tem variado de acordo com as ideologias e as competências administrativas do grupo de governantes.

Neste domínio, as deficiências que vêm ocorrendo nas últimas décadas são evidentes causadoras da má posição do Brasil no ranking entre as nações. O fruto disso é o nosso atraso no desempenho socioeconômico, mas também reflete na sustentabilidade ambiental, sobretudo relacionada à pegada ecológica.

Ao encerrar esse posicionamento, lembramos que um mau caráter no governo de uma nação ou de um estado pode desfigurar a imagem de um povo perante o

¹ FAO vem da sigla inglesa *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, traduzida para o português como Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

mundo com efeitos deletérios tão avassaladores que a possível restauração de uma imagem positiva demandará ações extraordinariamente enérgicas para ser alcançada.

A fim de evitar mal-entendidos, esclarecemos que as considerações a seguir referem-se ao período que tem início na década de 1940 e finda na década de setenta. A partir da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a história é outra a ser contada.

3 Antes de tudo

Historiadores, documentaristas, escritores, jornalistas e professores afirmam que a maior parte da história contada pelos que não foram participantes, ou testemunho vivo dos fatos ocorridos, tende a alterá-los, e até deturpá-los, fugindo da verdade dos acontecimentos. Isso ocorre por variadíssimos motivos, entre os quais se destacam a ideologia do narrador, sua opinião, fruto da imaginação pessoal, conveniência ou a subserviência na alteração dos fatos, por imposição hierárquica superior. Ou ainda a mera ignorância impulsionada pelo atrevimento e pela maldade latente no ser humano, dentre outras motivações, conforme dito inicialmente no Pressuposto.

Participamos de ações de extensão rural executadas pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibraer) acrescido do fato de que fomos membro da Junta Governativa da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), e dela eleito porta-voz de suas filiadas (Acar, Ancar, Ascar), desde a fundação até a sua substituição pela Embrater, da qual fomos presidente. Foi nessas considerações que aceitamos o convite de um grupo de extensionistas da “velha guarda”, para recordar o que denominamos de “Época de Ouro da Extensão Rural no Brasil”, em um texto resumido sobre um período que o leitor pode encontrar detalhes no livro *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil* (OLINGER, 1996).

Antes de iniciar, vamos dar dois exemplos concretos de como fatos históricos podem ser alterados, não raro com danos para a Extensão Rural requerida pelos agricultores.

Em 1958, a Junta Governativa da Abcar, com a presença de dirigentes de todos os Serviços Estaduais de Extensão Rural do Brasil, reuniu-se na cidade de Belo Horizonte, MG, com o objetivo de uniformizar os Termos e Expressões do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibraer). Valemo-nos da passagem bíblica, na qual Deus confunde a linguagem dos humanos, para impedir a grandiosa pretensão de construir a altíssima Torre de Babel.

Na ocasião ficou acertado que a palavra ‘meta’, nos projetos, sempre implicaria em medida de quantidade (áreas, volume, peso, distância, tempo decorrido, número de unidades, etc.). ‘Objetivo’, nos projetos, seria o escopo, o desenho, a intenção a ser alcançada. Não havia de ser confundido objetivo com meta. Essa decisão foi desrespeitada, e a ausência da quantificação dos resultados, confundindo-os com

objetivos, tem sido uma muleta utilizada nas avaliações e relatórios de certos serviços de extensão rural, para esquivar-se de resultados concretos e mensuráveis. A confusão da linguagem usada na extensão rural do Brasil é irrefutável, sobretudo na metodologia empregada no ensino-educação, fator que tem contribuído para diminuir a eficácia das ações efetuadas.

Quando debatemos a estruturação e os estatutos da futura instituição que viria a substituir a Abcar, o Ministério da Agricultura solicitou que ao futuro órgão fosse atribuída a função de credenciar e fiscalizar as atividades dos escritórios privados de assistência técnica que prestam serviços aos empresários rurais mediante cobrança de honorários. Naturalmente era uma atribuição alheia a um serviço de extensão caracterizado pelo ensino-educação gratuito. Em 1984 a Embrater, sucessora da Abcar, havia credenciado mil e quatrocentos escritórios de assistência técnica.

Essa atividade paralela foi denominada como assistência técnica, para não confundir com a extensão rural, tanto na futura instituição, a Embrater, quanto em seu conjunto de suas filiadas, que formariam então o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a nova sigla de Sibrater.

As pretensas explicações sobre a diferença entre assistência técnica e extensão rural não passam de exercício intelectual inútil, talvez uma perda de tempo. No entanto, parece necessário lembrar aos instrutores e agentes de extensão rural que esta atividade propicia às famílias rurais assistência técnica, econômica, social, ambiental, e acrescentaríamos financeira (através do crédito rural educativo) e política (no bom sentido) com a necessária isenção da ideologia partidária.

Entre todas as atividades, a mais importante sem dúvida é a assistência técnica, porque dela depende o sucesso das demais. Desculpem os que discordam do exposto. Não lhes faltará nosso respeito e distinta consideração.

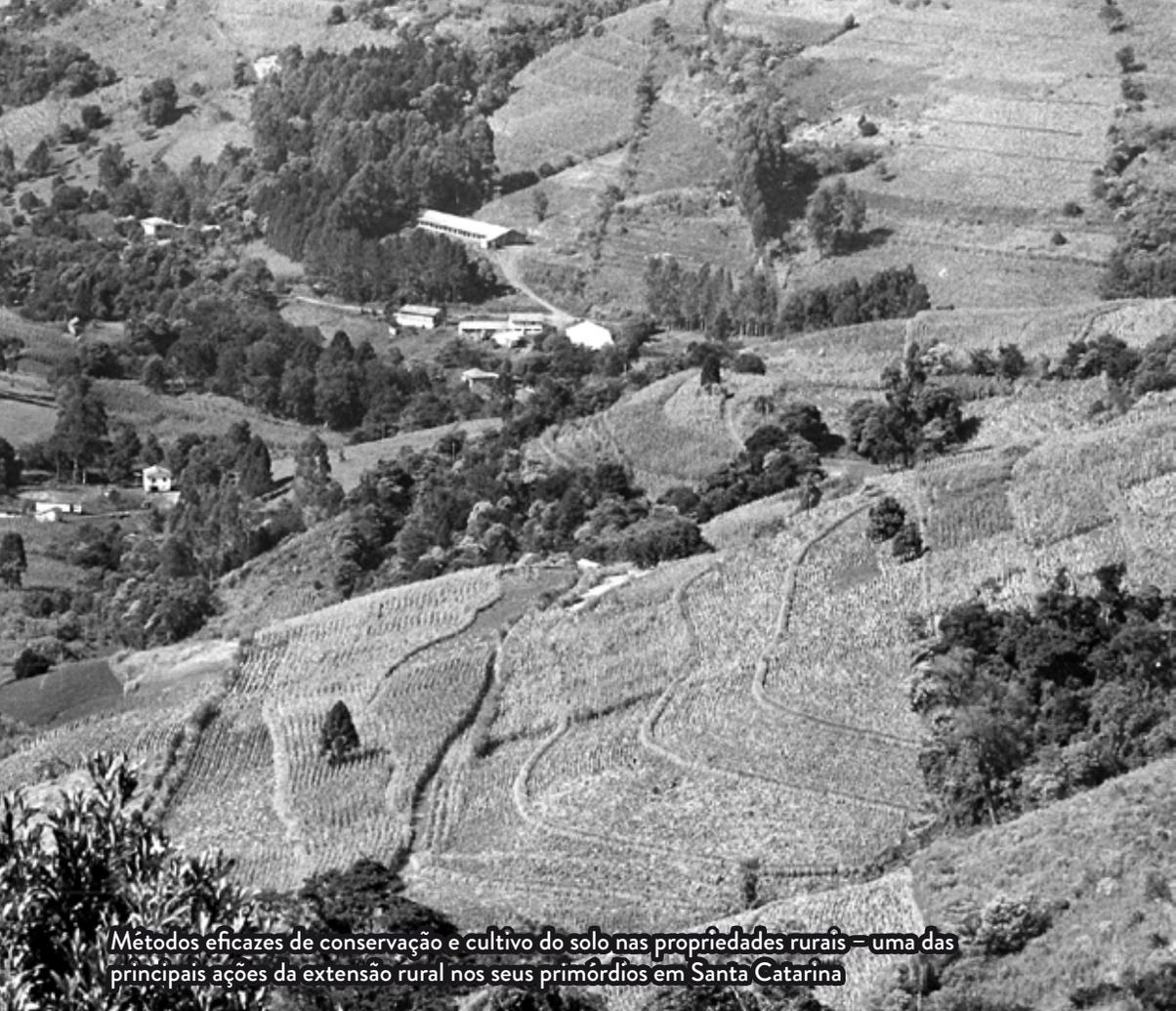
4 Conceito e princípios de ação

Partimos do conceito de que extensão rural é um processo de ensino-educação, extracurricular da escola formal, que tem por finalidade contribuir, efetivamente, para a elevação da qualidade de vida das famílias rurais. Ela atua por meio do ensino de práticas ou técnicas capazes de elevar a produtividade dos solos, das plantas, dos animais, das águas (neste caso a extensão pesqueira) e, sobretudo, do trabalho humano. Em geral implica elevação da produção e da renda proveniente das colheitas ou das safras e do desempenho zootécnico dos animais.

Parte-se do princípio chinês que “não se deve dar o peixe, mas sim ensinar a pescar”, desaconselhando o paternalismo. Utiliza-se do princípio pedagógico que devemos “ensinar a fazer fazendo”, por meio de demonstrações práticas, nas propriedades individuais e comunidades rurais, em parceria com adultos e jovens componentes das famílias rurais, de ambos os sexos, de forma participativa. Ao mesmo tempo que transmite novos e úteis conhecimentos, adquire outros que lhes permite aperfeiçoar o processo de ensino-educação. As práticas ensinadas devem ser tecnicamente possíveis, economicamente justificáveis, socialmente desejáveis, ecologicamente corretas. Costumávamos acrescentar financeiramente viáveis e politicamente aceitáveis, porém sem perder de vista que à extensão rural é vedado o proselitismo político-partidário.

Esse conjunto de princípios de ação (ou filosofia da extensão rural do tempo de sua implantação), em Santa Catarina, foi uma adaptação da então existente no Extension Service norte-americano. É pura perda de tempo buscar outras origens, conceitos, princípios, metodologias ou outras suposições e até leituras incorretas. Digo isso como fundador e dirigente durante os primeiros 21 anos de existência do serviço de extensão rural catarinense. Além disso, eu era membro da Junta Governativa da entidade nacional que funcionou, coordenou e expandiu a extensão rural no Brasil – a Abcar –, desde sua fundação até sua extinção, com a criação da entidade substituta, a Embrater, da qual também fui presidente.

A parte técnica tinha mais alta relevância, porque era a principal responsável pelo sucesso econômico, o resultado social e a defesa ambiental. Ressaltamos este último aspecto, tido erroneamente como preocupação mais recente, quando desde a fundação da extensão rural em Santa Catarina, o mais importante projeto foi a Conservação do Solo, coordenado pelo irreparável e falecido engenheiro-agrônomo Murilo Pundek. Neste ano de 2020, pelo que sei, a conservação do solo e das águas ainda continuam sendo um projeto prioritário da Extensão Rural e Pesqueira.



Métodos eficazes de conservação e cultivo do solo nas propriedades rurais – uma das principais ações da extensão rural nos seus primórdios em Santa Catarina

Ainda no setor técnico, contou com profissionais de alta qualificação, a exemplo de Luiz Carlos Pinheiro Machado, Luiz Carlos Galotti Bayer, Anselmo Hess, Yokio Otaki, Kenshi Ushirozawa, Amon Erez, Ernest Lamster, Hermann Poessinger, Irapuan Campeio Bessa, Marcelo O. Mendes, Ernani Flori, Frank Moore, Professor Vasconcelos e, mais recentemente, Adolfo Nunes Correia e muitos outros, de igual nível, aos quais pedimos desculpas por não mencionar para evitar alongamento do texto.

Além do projeto de Conservação do Solo, destacavam-se os projetos relacionados à suinocultura, à avicultura, ao gado leiteiro, ao cultivo de milho (este o símbolo da então Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), ao cultivo do arroz irrigado, do feijão, da batata-inglesa, do trigo, da soja, das fruticulturas

de clima temperado e tropical, da silvicultura, da formação de pastagens com pastoreio rotativo e da horticultura, coordenado então pelo competente engenheiro-agrônomo Roque Lino Braun.

Na suinocultura, o serviço de extensão rural catarinense deu início e foi o agente transformador do porco-banha em suíno tipo carne. Tal mudança teve início na década de cinquenta do século passado, quando a banha do porco passou a ser substituída pelos óleos vegetais – soja, milho, girassol etc.

Na época, afirmávamos frequentemente – e hoje ainda afirmamos – que no dia em que todas as famílias rurais estiverem organizadas em torno de boas cooperativas, o poder público pode dispensar os serviços oficiais de extensão rural. Já temos exemplos em Santa Catarina que comprovam nossas afirmações. A Cooperativa Alfa (Cooperalfa), no Oeste, é um deles.



Reprodutora do suíno tipo carne, importada dos Estados Unidos, recebe cuidados do suinocultor após o parto, ajudando os recém-nascidos a encontrarem a teta para iniciar a primeira mamada

4.1 A Economia Doméstica Rural

É importante salientar o que considerávamos como a parte social da extensão rural catarinense nos seus primórdios. O setor social era o responsável direto pela elevação da qualidade de vida, sendo uma atribuição da Economia Doméstica Rural. Coordenada por moças com curso superior em pedagogia, economia doméstica ou portadoras de curso médio completo, a atividade exigia escolaridade. Nenhum técnico, de nível médio ou superior, ingressava na extensão rural catarinense sem passar previamente por um processo de seleção composto de provas públicas orais e escritas. O rigoroso processo de recrutamento e seleção era seguido de um pré-serviço (também chamado de capacitação inicial), que era considerado oficial e nacionalmente como Curso de Especialização, seguido de um estágio prático em uma propriedade rural de um produtor-cooperador cadastrado no serviço de extensão rural. Esse ritual era rigorosamente cumprido e nunca foi desrespeitado, desde a fundação até a década de 1970, quando a interferência político-partidária começou a alterar as normas e o código de ética da extinta Acaresc. Entre os projetos de Economia Doméstica, responsável pelo setor social, destacavam-se a elevação do bem-estar da família rural e a melhoria da saúde, ambos compostos pelo denominado saneamento básico, a construção de privadas (fossa seca e interna), a construção e proteção de poços e nascentes de água doce, a escavação de buracos para depósito de lixo, o melhoramento do lar com fabricação manual de fogões, latas de lixo, armários para cozinha, colchões, poltronas para salas de estar (sofás) e outras benfeitorias.

O projeto de alimentação baseava-se na construção de hortas nas escolas rurais e hortas domésticas diversificadas de modo a obter hortaliças o ano todo e introduzir o consumo de verduras na alimentação das famílias rurais, hábito inexistente até a década de 1950. Destacava-se ainda a indústria caseira com a produção de compotas e conservas de frutas, fabricação de salames, linguiças, carnes defumadas, confecção de doces, bolachas, pães e a educação alimentar.

Os projetos da área de saúde produziram grande resultado no controle das verminoses, diarreias, oftalmias, osteoporoses, bócio e outras enfermidades que assolavam o meio rural catarinense. O setor recebia orientação especializada do Serviço Nacional de Controle de Endemias Rurais, na pessoa do ilustre médico Dr. Boscardin. Destacavam-se, entre muitas outras especialistas, na época, Tereza Buratto, Renate Mulhausen, Celina Becker, Jaci Dalponte, Carmen Hamann (coordenadora do setor), Olga Vivan, Solange Chaves (companheira do inesquecível e modelar extensionista Roque Gubert).



Grupo organizado de senhoras exhibe alegremente o fruto de um de seus projetos

Na criação da extensão rural, um dos métodos utilizados para motivar as transformações nos sistemas de trabalho e produção das famílias rurais era a organização de grupos de senhoras e moças do meio rural, grupos de agricultores adultos e os famosos Clubes 4S, que congregavam jovens rapazes e moças, de onze a dezoito anos. A organização grupal facilitava e ampliava a abrangência do trabalho do agente de extensão.

A Horticultura era de responsabilidade da esposa e das filhas nas famílias rurais agricultoras tradicionais. A Economista Doméstica Rural da Acaresc (EDR) acompanhava a rotina no campo prestando assistência e levando informação aos agricultores familiares.



Jovem agricultora catarinense com cesta de produtos de sua horta doméstica para consumo familiar

4.2 Os Clubes 4S e as cooperativas

Outro setor que teve fama destacada nacionalmente foi o dos Clubes 4S (que significa Saber, Sentir, Servir, Saúde), adaptação dos Clubes 4H (Head, Heart, Hand, Health) norte-americanos, que congregavam jovens, rapazes e moças de dez a dezoito anos do meio rural. Além de executarem projetos semelhantes aos desenvolvidos pelos adultos, os jovens trabalhavam em mutirões e projetos coletivos, como os campos de futebol, sinalização de estradas, plantação de hortas. Reuniam-se regularmente, quando praticavam o correto ritual de um ambiente democrático, com intransigente disciplina, responsabilidade, civismo, ética e patriotismo. Um dos projetos da área social e dos Clubes 4S que despertavam grande interesse entre as moças era o de corte e costura. Elas aprendiam a confeccionar saias, blusas, aventais e outras peças do vestuário, bem como a usar máquinas de costura modernas para a época.



A Extensão Rural dedicou especial atenção ao trabalho com a juventude rural por meio da organização dos Clubes 4S

Os jovens (moças e rapazes de 12 a 18 anos) executavam projetos individuais e coletivos de agricultura, pecuária e economia doméstica. Aprendiam o exercício da democracia, o valor da disciplina, do trabalho e o patriotismo.

Destacavam-se no setor dos Clubes 4S a coordenadora estadual engenheira-agrônoma carioca formada na Escola Nacional de Agricultura (ENA), Therezinha de Jesus da Costa Monteiro, que teve como substitutos Enedite Terezinha de Souza e Guido Amboni, os quais terminaram contraindo matrimônio. Eles foram os principais responsáveis pela fama dos Clubes 4S de Santa Catarina e, por isso, foram homenageados com uma recepção do Presidente da República João Figueiredo. O encontro com o presidente no Palácio do Planalto contou com a presença de ministros e outras autoridades nacionais, além de quinhentos rapazes e moças de Clubes 4S catarinenses, com exposições de projetos executados pelos próprios participantes. O discurso do presidente foi visivelmente emocionado e ficou muito satisfeito, coisa impensável nas últimas décadas.



O ex-presidente da República, João Figueiredo, recebe no Palácio do Planalto 500 jovens dos Clubes 4S de Santa Catarina

Durante a cerimônia, realizada em 1980, João Figueiredo abraça e se deixa abraçar por todos os jovens presentes durante toda a manhã. Nos dias atuais, tal evento seria impensável. A menina da foto fez uma exposição do seu Projeto de Horticultura, que foi ouvido atentamente por todos os presentes, incluindo o presidente do Brasil.

Importante assinalar que o processo ensino-educação da extensão rural catarinense tinha metodologia pedagógica de ação própria, na qual se destacavam a demonstração de resultado, as demonstrações de método, as propriedades demonstrativas, as unidades de demonstração, os dias de campo, as excursões educativas e as exposições educativas. A formação de grupos organizados (que deu origem às cooperativas), o treinamento e o uso de líderes rurais também faziam parte das atividades.

Entre os líderes que participaram ativamente, merece destaque o Sr. Osvino Laske, agricultor do Oeste que possuía uma propriedade demonstrativa orientada pelos agrônomos Tonan Kudo e Murilo Pundek. Outro importante líder rural no Alto Vale do Itajaí era Ivo Vanderlinde, precursor do cooperativismo naquela região, fundador da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí (Cravil). Ivo, um pequeno agricultor, veio a ser Secretário da Agricultura e também expoente do cooperativismo, como Deputado Federal. Seu sucesso foi resultado do treinamento de líderes rurais, fato que Ivo não esconde. A Acaresc treinou onze mil líderes.



Uma das metodologias amplamente utilizadas pelos agentes de extensão rural da Acaresc era o uso dos chamados 'líderes rurais'

Os líderes rurais eram pessoas identificadas por meio de sociometria, ou pelo próprio conhecimento do extensionista. Eram ouvidos, respeitados por seus grupos de vizinhança, exercendo, portanto, certa liderança. Eles recebiam treinamento técnico em determinado cultivo ou criação e se dispunham a repassar às famílias vizinhas o conhecimento que haviam recebido do agente de extensão gratuitamente.

Para entender a filosofia que prevaleceu na extensão rural brasileira e na catarinense em particular, recorremos a fatos históricos. Consta nas memórias do Imperador Adriano de Roma, que reinou, no ano 121, no livro “Vidas dos doze Césares”, que numa visita por ele realizada ao Egito, foi instado a conhecer os agricultores e os pescadores que dependiam do Rio Nilo, o então mais longo e famoso rio do mundo. Em conversa com os pescadores, ouviu deles que estavam organizando-se em associações, para se verem livres da exploração dos intermediários. De volta à Itália, Adriano, o Imperador, em visita a uma região pesqueira, ouviu dos pescadores semelhante queixa contra a exploração dos intermediários. Relata Adriano que os aconselhou a se organizarem associativamente (prenúncio da cooperativa) e revela que “nunca se sentira tão Rei e tão útil a seu povo”. Realizava uma atividade fundamentalmente de um agente de extensão rural ao transmitir uma prática recomendável e viável aos produtores e pescadores, no local onde viviam.

4.3 O ensino rural extraescolar e a Semana do Fazendeiro

A ideia e a introdução no Brasil da metodologia educacional praticada nos Estados Unidos pelo serviço de extensão rural americano, também conhecido por Agricultural Extension Service, foi efetivada pelo professor norte-americano Peter Henry Rolfs, fundador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), em Minas Gerais, na década de vinte do século passado.

Foi uma decisão do presidente da República Arthur Bernardes, que desejava beneficiar sua terra natal, a pequena cidade de Viçosa, então praticamente uma vila. O ensino era pago e a ESAV mantinha cursos de Agronomia e Veterinária (níveis superior, com dois anos complementares e mais quatro anos profissionalizantes), o de Técnico Agrícola (nível médio de dois anos) e o de Capataz Rural (nível elementar, de um ano).

Em 1946, quando obtivemos o grau de engenheiro-agrônomo na ESAV, a Escola mantinha quatro cursos funcionando em apenas dois edifícios. Um, no qual se achava o refeitório e o alojamento para os alunos internos e outro para as salas de aula, laboratórios, biblioteca, sala de professores, salão nobre e auditório. As demais

instalações eram unidades de campo: oficina mecânica, estábulos, pocilgas, aviários, lavouras, hortas, pomares e oficinas de ferraria, carpintaria, selaria, elétrica, etc.

A partir de 1930, a ESAV realizava uma atividade de ensino extraescolar formal, uma atividade de extensão rural, denominada “Semana do Fazendeiro”. O título provinha da tradução da palavra inglesa *farmer*, que os norte-americanos usam para designar agricultor.¹

Anualmente, a ESAV reunia durante uma semana em seu campus agricultores, donas de casa, esposas de agricultores, rapazes e moças do meio rural mineiro. Naquela “Semana” os professores e instrutores realizavam palestras educativas, demonstrações de métodos, dias de campo sobre modernas práticas de agricultura, pecuária, silvicultura, conservação do solo, irrigação, economia doméstica e outros assuntos de interesse das famílias rurais mineiras.

Todas as despesas de alojamento e refeições, material didático etc. eram custeadas pela ESAV, inclusive a impressão de folhetos educativos. Funcionou com sucesso até que os recursos financeiros da ESAV se tornaram insuficientes para o custeio do evento, e assim ela foi extinta na sua forma original. A Semana do Fazendeiro atualmente é um grandioso evento com exposições, leilões, além das palestras.

Na década de quarenta, o Ministério da Agricultura, em cooperação com as Secretarias Estaduais de Agricultura, deu início à realização de “Semanas Ruralistas”, uma adaptação daquela realizada pela ESAV, em Viçosa, MG. Durante a Semana, agrônomos, veterinários e outros técnicos se deslocavam para municípios do interior dos estados, onde proferiam palestras educativas aos agricultores sobre práticas simples, algumas acompanhadas de demonstrações, à exemplo de vacinação, combate ao carrapato, inoculação de sementes, poda, enxertia, etc. Teve fim, por falta de recursos financeiros.

Na mesma década de quarenta, o Ministério da Agricultura resolveu criar os Postos Agropecuários, para serem pequenas propriedades, ou fazendas demonstrativas administradas por técnicos do Ministério. Os postos tinham moradia para o técnico e um conjunto de máquinas agrícolas, estábulo, aviário, pocilga, área para pomares, lavouras e pastagens. A área de pasto variava, porém mantinha-se sempre acima de 30 hectares, conforme a região do país e as áreas eram obtidas de terras públicas ou doadas.

Os Postos Agropecuários, como instituições públicas, tinham que obedecer a burocracia oficial, prática incompatível com a atividade agropecuária econômica. Acrescentada a sempre danosa interferência político-partidária na administração dos Postos, esses foram, por nossa sugestão ao Ministério da Agricultura, extintos. Era Ministro da Agricultura o douto político pernambucano Romero Cabral da Costa, que

nos convidara para dirigir o Departamento Nacional de Produção Vegetal. Convite que agradecemos, mas não deixamos de colaborar, no curto período de sua gestão.

Entretanto, as Propriedades Demonstrativas, orientadas pelo Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, foram um sucesso como método de ensino, sem a referida interferência político-partidária. Um exemplo edificante pode ser encontrado nas propriedades orientadas pelos técnicos da Cooperalfa, no Oeste Catarinense.



O método clássico de extensão rural mais usado e mais efetivo adotado pela Acaresc, a partir da data de sua fundação, em 1956, foi a Demonstração de Resultado que, em resumo, é uma prova da superioridade econômica de uma prática nova sobre uma prática anterior. Assim, era provado a vantagem da lavoura com adubação sobre a lavoura sem adubação, da semente híbrida sobre a semente tradicional, da ração balanceada sobre a alimentação do passado etc.

Em 1949, nova tentativa foi lançada pelo Ministério da Agricultura, em cooperação com o Ministério da Educação, visando a um programa educacional extraescolar, em favor das famílias rurais. Ignorando a experiência de Passa Quatro e o que se iniciava em Minas Gerais com a Acar, ou seja, os incomparáveis e eficazes métodos de extensão rural, deram início às denominadas Missões Rurais.

Veterinários, agrônomos, pedagogos, psicólogos, sociólogos, todos juntos, em uma camionete, se deslocavam para o interior, a visitar comunidades e famílias rurais. Nos locais visitados, cada um fazia sua exposição de acordo com sua profissão e respectivo assunto.

Não passava, na maioria dos encontros, de uma inesperada confusão de ideias na cabeça dos assistidos. As missões não festejaram aniversários. Foi uma das mais inúteis e onerosas experiências dos “cientistas sociais” dos Ministérios.

4.4 O Serviço Social Rural e o Projeto Gado Leiteiro

Ainda, na mesma década, o governo federal criou o Serviço Social Rural – SSR. O SSR envolveu o corretíssimo e competente psicólogo mineiro, Dr. Edgard Vasconcellos Barros, de quem tivemos a honra e oportunidade de ser aluno, que fora convidado para dirigir o Serviço Social Rural. Ele era catedrático na ESAV. Aceitou o convite e viajou para o Rio de Janeiro, a fim de tomar posse no cargo de chefia. Ao entrar no futuro gabinete, foi cumprimentado por uma moça que se dizia sua futura secretária executiva. Sobre a mesa do futuro chefe, uma pilha de processos. O Professor Vasconcellos perguntou o que era aquilo. A secretária responde que eram nomeações que ele faria no dia seguinte. Sem titubear, o nobre Professor escreveu ali mesmo, sobre a mesa, a sua renúncia ao cargo oferecido e retornou a Minas Gerais.

O Serviço Social Rural foi outro retumbante fracasso na pretensa ajuda às famílias rurais brasileiras.

Em 1948 o engenheiro-agrônomo Marcos Pereira, paulista de Campinas, inicia, em Passa Quatro, MG, um projeto de gado leiteiro com o objetivo de formar uma bacia leiteira, financiado por interessados na indústria de laticínios, a exemplo da Nestlé. O projeto empregava métodos educativos do Serviço de Extensão Rural dos Estados Unidos, na transmissão de conhecimentos técnicos, por agentes previamente treinados por Marcos que, por sua vez, havia sido treinado na América do Norte.

As principais atividades do Projeto Gado Leiteiro eram o cruzamento da raça holandesa com raças zebuínas, principalmente o Gir e Guzerá, construção de silos trincheira e produção de silagem de milho, manejo correto de pastagem nativa e introdução de novas forrageiras, controle sanitário e manejo do gado. Também tratava de instalações adequadas, ordenha higiênica e cuidados com a qualidade do leite e controle da reprodução.

O projeto foi um sucesso. Na região se formou a maior bacia leiteira do Brasil. O princípio que definia a metodologia do projeto era de que com assistência técnica,

propiciada com meios e métodos de ensino-educação, acompanhada do necessário e adequado financiamento, estariam postas as condições para o sucesso do Projeto. Consideramos o agrônomo Marcos Pereira o pioneiro da atividade de extensão rural no Brasil.



Vaca holandesa na década de 1960

Desde a década de cinquenta (e ainda hoje) a extensão rural atribui grande importância ao gado leiteiro. E três raças sempre se destacaram nesta atividade: a raça Holandesa, a Jersey e as raças mistas. Atualmente as mesmas raças dobraram sua aptidão leiteira mediante o melhoramento genético, alimentação, controle sanitário, melhoria das instalações, reprodução e outros avanços nas técnicas de trabalho.

5 A instalação do Serviço de Extensão Rural no Brasil

No mesmo ano de 1948, Nelson Rockefeller, membro de uma das famílias mais ricas dos Estados Unidos da América – os Rockefeller – político, milionário, considerado um filantropo, fundador da Associação Internacional Americana (American International Association) destinada a ajudar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, chegou ao Brasil. A título de filantropia ofereceu apoio, quando se interpretava este apoio como missão de interesse do governo norte-americano. Entendia-se este objetivo como de obstaculizar, ou deter a expansão do comunismo nas Américas. Nelson foi o vice-presidente dos EUA. Neste ano, Nelson dirigiu-se ao Governador Ademar de Barros, de São Paulo, ao qual propôs ajuda técnica e financeira para fundar o primeiro Serviço de Extensão Rural institucional no Brasil, com o objetivo de contribuir para “elevar o nível de vida das famílias rurais”, mediante o aumento da produtividade agropecuária.

O Governador Ademar de Barros, matreiro, perguntou quais eram as condições da cooperação. Nelson foi explicando as características do Serviço de Extensão (Extension Service) norte-americano e terminou declarando que era vedado o exercício do proselitismo político-partidário na realização dos serviços de extensão rural, inclusive quanto à escolha dos dirigentes, que receberiam “advisory” (orientação) de um codiretor americano. Ademar, sem titubear, respondeu que se ele não podia nomear quem ele bem entendesse, não tinha interesse na cooperação. Rockefeller, polido, agradeceu a atenção e foi assim que São Paulo recusou ser o Estado pioneiro de um Serviço Estadual de Extensão Rural no Brasil.

Nelson dirigiu-se então ao Estado de Minas Gerais, que ele julgava ser o segundo em importância para a desejada cooperação. Era governador de Minas Gerais, o grande tribuno e ilustre brasileiro Milton Campos. Ao ouvir a proposta de Nelson Rockefeller, aceitou-a prontamente. Era novembro de 1948 e nascia a Associação de Crédito e Assistência Rural, a Acar, uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito privado, incumbida de fundar e executar um Serviço de Extensão Rural, destinado a “elevar o nível de vida das famílias rurais mineiras”. Baseado na assistência técnica, econômica e social, mediante o uso de processos de ensino-educação, constantes na metodologia clássica do Extension Service norte-americano, já exposto.

O suporte financeiro era assegurado pela Caixa Econômica Estadual, inicialmente e, mais tarde, pelo Banco do Estado de Minas Gerais e pelo Banco do Brasil. Nascia o Crédito Rural Educativo, também chamado de Crédito Supervisionado. Financiava projetos técnicos de produção agropecuária, visando projetos de renda e projetos de economia doméstica, para elevar o nível de vida, a exemplo do melhoramento do lar, construção de privadas, poços e nascentes protegidas, indústria caseira (compostas, doces, sucos, etc).

A Acar ia muito bem, principalmente sob a direção do engenheiro-agrônomo Geraldo Machado e seu codirigente Santiago Apodaca, observados por um político mineiro chamado Juscelino Kubitschek, que veio a ser o presidente da República do Brasil, a partir de 1956.

O sucesso da Acar em Minas Gerais instigou o Banco do Nordeste do Brasil a criar a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, fundada em 1954, a partir de Pernambuco e depois com a instalação das Ancars, nos estados da região Nordeste.

Em 1955 o Estado do Rio Grande do Sul fundou o Serviço de Extensão com a criação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar). Depois foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Todas nos moldes da Acar de Minas Gerais.

Importante assinalar que o Sistema Acar era de regime jurídico privado, sem fins lucrativos, porém destinado à prestação de um serviço de interesse público e gratuito, uma espécie de Organização Não Governamental (ONG). Baseava-se no financiamento aos produtores e donas de casa do meio rural, acompanhado de assistência técnica, esta propiciada às famílias rurais por meio de métodos educativos semelhantes aos empregados pelos serviços de extensão rural dos Estados Unidos.

Daí a origem do nome “Associação de Crédito e Assistência Rural”. A denominação “Associação” decorria do fato de que os mantenedores eram instituições públicas e privadas, ou seja, ministérios, prefeituras, associações rurais, os Estados e as agências creditícias que também viabilizavam os empréstimos, mediante convênios de cooperação.

À nova modalidade de crédito acompanhada de orientação técnica deu-se o nome de Crédito Educativo ou Crédito Supervisionado. Este último surgiu inicialmente quando era obrigação financiar projetos de economia doméstica, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da família rural, mediante algum melhoramento do lar, construção de uma poltrona, compra de um fogão, de uma geladeira, e outras benfeitorias da modernidade. Essa obrigação deixou de vigorar cedo, permanecendo somente o crédito para custeio e investimento agropecuário.

Estamos em 1956. Juscelino Kubistchek assina o convênio com o presidente norte-americano Dwight Eisenhower com o objetivo de criar um Escritório Técnico de Agricultura - ETA, no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, destinado a coordenar a execução de projetos de desenvolvimento rural nas áreas de agricultura, pecuária, conservação do solo, irrigação, mecanização de lavouras e de extensão rural, este último nos moldes da Acar.

A tese, válida até os dias atuais, era de que com crédito e assistência técnica era possível promover o desenvolvimento rural. O ETA tinha um diretor brasileiro e um codiretor norte-americano, ambos de igual hierarquia.

O diretor brasileiro era o agrônomo Alberto de Oliveira Mota Filho, também diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Alberto foi fundador do Centro de Treinamento de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo, onde eram realizados os cursos de Especialização em Engenharia Rural e o Pré-Serviço, ou Capacitação Inicial em Extensão Rural, também registrado no MEC em nível de Especialização. O codiretor americano era o agrônomo Ralph Hansen.

O governo americano participava com recursos financeiros, materiais (jipes, camionetes, pick-ups, níveis, medidores de pH, projetores de filmes, projetores de diapositivos, e outros materiais). Além disso, fornecia técnicos especializados em várias áreas dos projetos de conservação do solo, lavouras, avicultura, suinocultura, gado leiteiro, extensão rural e economia doméstica.

Todas as Ancars (Ancar-CE, Ancar-RN, Ancar-PE, Ancar-PB, Ancar-AL, Ancar-BA, Acar-MG, Acarpa-PR, Ascar-RS, imediatamente passaram a ser Projetos do ETA e recebiam números: a Acarpa no Paraná passou a se chamar ETA-Projeto 15-Acarpa. A do Rio Grande do Sul, passou a denominar-se ETA-Projeto 11- Ascar, e assim os demais, conforme iam passando para o ETA. Em Santa Catarina, foi o ETA-Projeto 17.

Havia projetos específicos, a exemplo de Batata Semente - Projeto ETA-9, Conservação do solo - Projeto ETA-10, Projeto de Avicultura - Projeto ETA-2.

6 Antecedentes da Extensão Rural em Santa Catarina

Até meados do século passado, o desenvolvimento do setor agropecuário catarinense era baseado no paternalismo estatal, com forte influência político-partidária. O foco da política agrária era conseguir o aumento da produção agropecuária mediante o fomento da produção. O Ministério da Agricultura mantinha, nos Estados, as Secções de Fomento Agrícola (hoje a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina), incumbidas de execução ao fomento em Acordo Único com a Secretaria de Agricultura catarinense, na época fundida com a Secretaria dos Transportes.

Como chefe da então atual Superintendência, posso falar com conhecimento de causa sobre a metodologia de ação do fomento. O Ministério adquiria sementes melhoradas e ou certificadas de empresas privadas produtoras no país ou no exterior, máquinas de tração animal, tais como arado, grade, cultivadores, ferramentas, a exemplo de enxada, machado, serrote, serras traçadeiras, semeadeiras, polvilhadeiras, pulverizadores, superfosfato, nitrogenados, potássio e outros fatores de produção. O uso do calcário ainda era desconhecido.

O crédito rural era fornecido pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil e sua aplicação fiscalizada por agentes da Carteira, sem a necessária qualificação como profissional da área de ciências agrárias.

A distribuição dos fatores de produção mencionados (insumos, máquinas e ferramentas) era feita gratuitamente, por meio de cabos eleitorais, prefeitos, vereadores, especialmente por padres e pastores correligionários do partido governante, ora do Partido Social Democrático (PSD), ora da União Democrática Nacional (UDN).

No estado de Santa Catarina destacavam-se dois padres da igreja católica, por sua atividade paternalística e o “incômodo” que causavam ao Ministério, pela “garra” com que exerciam a política partidária na distribuição dos insumos que recebiam para dar aos agricultores. O problema é que só recebiam tais insumos os privilegiados correligionários.

Como exemplo, podemos citar o padre Rodolfo, da Comarca de Biguaçu, que só distribuía insumos para correligionários do PSD e o padre Aurélio Canzi, da Comarca

de São Miguel do Oeste, que só fornecia para os partidários da UDN. Isso era costume na política democrática até a metade do século passado.

Foi quando surgiu a filosofia da Extensão Rural com a sua máxima chinesa “não dê o peixe, ensine a pescar”, isto é, não forneça de graça o insumo material, mas sim o insumo intelectual, ou seja: a educação passou a ser feita por meios e métodos de ensino da extensão rural, como recomendava o engenheiro-agrônomo Polan Lacki, ex-agente de extensão rural da Acarpa e ex-diretor da FAO.

Desde a descoberta do Brasil e a chegada da família real portuguesa, não havia acontecido mudança tão radical na política agrícola brasileira. O insumo intelectual, ou seja, o ensino-educação extraescolar, ocupava o lugar do insumo material. O paternalismo estatal e o proselitismo político-partidário foi vedado aos agentes da extensão rural.

Essa condição fundamental a um correto e autêntico Serviço de Extensão Rural foi a marca do “período de ouro” do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibraer), extinto com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Embrater, da qual fomos presidente, e do novo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Sibrater.

No ano de 1956, a convite do governo norte-americano, a Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina (Faresc) foi convidada para visitar os EUA a fim de conhecer os serviços de extensão rural prestados pelo Extension Service naquele país. Estiveram presentes o Dr. Clodorico Moreira, presidente da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina (que congregava pequenos, médios e grandes produtores rurais numa só associação). Também participou o engenheiro-agrônomo João Demaria Cavalazzi, diretor técnico da Faresc, e o advogado Waldir Schmidt da mesma Federação. Retornaram entusiasmados com o que viram e relataram ao Governador do Estado Jorge Lacerda e ao Secretário da Agricultura Mário Bruzza, o que presenciaram no meio rural norte-americano, fruto do trabalho da Extensão Rural.

O intermediário do convite havia sido o ilustre diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, Dr. Alberto Ribeiro de Oliveira Motta Filho, nosso colega e amigo desde o Curso de Engenharia Rural, na Fazenda Ipanema, em 1948. O Dr. Motta, como o chamávamos, queria ver instalada a Extensão Rural em Santa Catarina, mediante o modelo já adotado pelo Paraná com a Acarpa e pelo Rio Grande do Sul, com a Ascar.

Ante a exposição e manifestação favorável dos dirigentes da Faresc, o então Secretário da Agricultura Mário Orestes Bruzza convenceu o Governador Jorge

Lacerda a aceitar a assinatura de um acordo entre a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, a Faresc e o Escritório Técnico de Agricultura – ETA (este resultante do convênio entre Brasil e EUA) do qual era diretor brasileiro o Dr. Alberto de Oliveira Mota Filho, já citado.

No mesmo dia, em 1956, em que deixávamos a chefia da hoje Superintendência do Ministério da Agricultura, o colega João Demaria Cavalazzi, diretor técnico da Faresc, nos perguntava se não “gostaríamos de implantar a Extensão Rural em Santa Catarina”. Sem hesitar respondemos afirmativamente e nos dirigimos ao Secretário da Agricultura Mário Bruzza para as tratativas, pois evidente que o Dr. Motta, diretor brasileiro do ETA, já havia sugerido nosso nome para ser o Diretor do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina que teve a denominação inicial de ETA - Projeto 17.

Era, pois, o décimo sétimo projeto ETA, fruto de um acordo que tinha a duração de quatro anos, após os quais teríamos que buscar fontes mantenedoras do serviço de extensão rural catarinense.

7 O ETA-Projeto 17

No dia 26 de janeiro de 1956, na Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, era assinado o Acordo entre o ETA Nacional, a Faresc e o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, para a criação do ETA - Projeto 17 e, ao mesmo tempo, era nomeado o engenheiro-agrônomo Glauco Olinger, do Ministério da Agricultura, como seu Diretor.

No primeiro ano o ETA Nacional participava com 90% dos recursos financeiros (dólares) e materiais (jipes, camionetes, projetores, níveis, etc.), mais uma assessoria técnica (advisors) especializada em metodologia e administração de extensão agrícola e economia doméstica rural.

No segundo ano os recursos do ETA Nacional, melhor dizendo, do governo norte-americano, reduziram-se para 70%. No terceiro ano, para 50% e no quarto ano, término do acordo, para 30%. Esses percentuais variavam no curso da vigência do acordo, para mais ou para menos, conforme solicitávamos ao ETA Nacional, mas durante esse período nenhum de nossos pedidos de recursos nunca foi negado.

Já no início do ETA Projeto 17, recebemos o apoio da Acar de Minas Gerais, que nos cedia a Economista Doméstica Nilza Tavares Dias, para chefe do setor de Economia Doméstica.

A Federação das Associações Rurais de Santa Catarina (Faresc) nos cedia o Economista Nalcir Salomé, que nomeamos chefe dos Serviços Gerais e Administrativos. Em seguida chegavam o advisor de extensão rural, o agente de extensão norte-americano, o agrônomo James Madison Crooks, e a economista doméstica guatemalteca, funcionária nos EUA, para advisor de Economia Doméstica, Dra. Ana Laureta Dias.

Na condição de que o acordo com o ETA Nacional só vigoraria por quatro anos, era preciso criar uma instituição que viesse a dar prosseguimento normal aos trabalhos. As partes contratantes, que formavam uma Junta Governativa, decidiram que a melhor solução era criar uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, para executar os serviços de extensão rural iniciados pelo Projeto ETA-17. Era a adoção do modelo da Acar de Minas Gerais, que vinha sendo aceito pelos estados que precederam Santa Catarina na instalação da Extensão Rural. A decisão tomada deu origem à Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, a Acaresc.

A Acaresc foi fundada no dia 21 de junho de 1957, no Palácio Cruz e Souza, com a presença das seguintes personalidades, mostradas na foto, da esquerda para a direita: engenheiro-agrônomo João Demaria Cavalazzi, diretor técnico da Faresc; engenheiro-agrônomo Antônio José Botelho Neia, representante do ETA Nacional; engenheiro-agrônomo Glauco Olinger, no mesmo ato, nomeado Secretário Executivo da Acaresc; advogado Mario Orestes Brusa, Secretário da Agricultura (que foi deputado estadual por Capinzal); médico Clodorico Moreira, Presidente da Faresc; médico Jorge Lacerda, Governador de Santa Catarina; Advogado Isnar Campelo, da Junta Governativa da Abcar, engenheiro-agrônomo Marcos Pereira (que consideramos o primeiro extensionista do Brasil, em Passa Quatro), diretor técnico da Abcar e o advogado Roberto Valdir Schmidt, também da Faresc.



Nesse dia 21 de junho de 1957, o Serviço de Extensão Rural catarinense passou a denominar-se ETA Projeto 17- Acaresc. Até o término do ETA Projeto 17, dia em que passou a denominar-se apenas Acaresc, executora do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina.

A Acaresc imediatamente filiou-se à Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural-Abcar, uma instituição civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, coordenadora nacional de todos os serviços estaduais de extensão rural. A ABCAR foi uma espécie de sucessora do ETA Nacional quanto às suas atribuições. Tinha uma Junta Governativa composta com maioria de representação das filiadas

estaduais. Dela ainda faziam parte os Ministérios da Agricultura e da Educação, o Banco do Brasil, os extintos INDA, IBRA, o atual Incra, além de outros.

Creemos ser interessante assinalar que ao ser assinado o acordo para a criação do ETA- Projeto 17, a condição imposta pelo ETA Nacional, era que o futuro diretor realizasse o Curso de Capacitação Inicial, que vinha sendo efetuado na Fazenda Ipanema, em Sorocaba, São Paulo. E mais, o ETA exigia que fosse dois candidatos e o que obtivesse a melhor nota final do curso seria o futuro diretor.

Todavia ficou ao nosso critério a escolha do segundo candidato. Manobra do Dr. Mota Filho, diretor brasileiro do ETA Nacional, difícil de entender, já que ele me havia convidado para ser o diretor, bem como, definir as atividades estaduais. Mesmo assim, o primeiro convidado para realizar o Curso de Capacitação foi o já respeitado engenheiro- agrônomo catarinense Francisco Hoeltgebaun, na época chefe do Núcleo Triticola de Curitiba, que mais tarde veio a ser o chefe da atual Superintendência Federal do Ministério da Agricultura em Santa Catarina. Sempre consideramos Francisco mais competente para administrar a instituição pública, era meu dileto amigo, razões que nos levaram a escolhê-lo. Recusou o convite, preferindo continuar no NTC - Núcleo Triticola de Curitiba. Mais tarde foi Superintendente Federal do Ministério da Agricultura em Santa Catarina e faleceu em 2017.

Convidamos um segundo engenheiro-agrônomo, este da Secretaria da Agricultura, que também preferiu permanecer na Diretoria dos Serviços Especiais, extinta no governo Celso Ramos. Finalmente, o engenheiro-agrônomo Antônio Franco da Silva, paulista, aceitou o convite e, juntos, fomos para o Centro de Treinamento de Ipanema (Cetrei) em Sorocaba, São Paulo. Antes do início do curso, já recebíamos autorização para a contratação da primeira turma de ERs - Extensionistas Rurais (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, zootecnistas, engenheiros florestais) e EDRs - Extensionistas Domésticas Rurais (assistentes sociais, professoras, com nível médio completo e outros profissionais de nível superior que se interessassem).

A convocação foi feita por edital, nos jornais de maior circulação, com detalhada exposição sobre o concurso público para a seleção de candidatos e a obrigatoriedade de, após aprovados, efetuarem, com o aproveitamento mínimo exigido, o rigoroso curso de capacitação inicial do Cetrei, em Ipanema.

Lembramos ainda que durante o Curso de Capacitação Inicial no Cetrei conhecemos o engenheiro-agrônomo Cristóvão de Andrade Franco, que realizava a capacitação para trabalhar na Acarpa, Paraná. Habitamos o mesmo quarto, situado na sede colonial portuguesa da Fazenda Ipanema, onde o Imperador Dom Pedro teve encontro com Domitília de Castro, futura Marquesa de Santos.

A avaliação das ideias do Cristóvão e sua defesa da honestidade no trato da coisa pública, levaram-nos a convidá-lo para trabalhar na Acaresc no cargo de Secretário Executivo Adjunto. A ele incumbimos a administração geral da Acaresc, cabendo a nós a parte técnica e política de ação. Cristóvão foi a garantia da probidade que presidiu os atos da Acaresc durante o tempo que exerceu o cargo de Secretário Executivo adjunto, com a mesma força hierárquica que a exercemos.

No final do ano de 1956 era inaugurado o primeiro EL - Escritório Local da Acaresc, Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, em São José, com amplo apoio do Prefeito Homero de Miranda Gomes, inestimável colaborador da extensão rural, médico e competente prefeito, que assinou o primeiro acordo com a Acaresc.

No ano seguinte, inauguramos os Escritórios Locais (EL) de Indaial, Timbó, Rio do Sul, e Ituporanga, no Vale do Itajaí, atendendo sugestão da Federação das Associações Rurais. Também foram inaugurados os ELs de Capinzal, Herval do Oeste, Joaçaba e Videira, atendendo sugestão da Secretaria da Agricultura, membros estaduais da Junta Governativa da Acaresc.

Antônio Franco da Silva, nosso parceiro de curso no Cetrei, foi designado para abrir o Escritório Local de Rio do Sul, com a EDR Florinete de Souza. O Escritório Local de São José, o primeiro de todos, foi aberto pelo engenheiro-agrônomo paulista Benedito Silva, como ER e a professora catarinense Enedite Terezinha de Souza, como EDR. Ela mais tarde veio a realizar um notável trabalho com os Clubes 4S, em parceria com o ER Guido Amboni, engenheiro-agrônomo, conforme já relatado.

Como mencionado anteriormente, Guido e Enedite obtiveram destaque nacional quando foram recebidos pelo presidente da República João Figueiredo no Palácio do Planalto, acompanhados de quinhentos jovens, rapazes e moças do meio rural catarinense, membros dos Clubes 4S. Guido Amboni faleceu no início de 2020.

No final da primeira década de atuação da Acaresc, o governo norte-americano, em convênio com o governo brasileiro, efetuou uma avaliação dos Serviços de Extensão Rural na América Latina. O Coordenador da avaliação foi o especialista Dr. Juan Galécio Gomez, engenheiro-agrônomo chileno, contatado pela Abcar.

A certa altura do seu relatório, declara textualmente o avaliador: “O Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina não é o maior. Este é o da Acar, de Minas Gerais. Entretanto, é o melhor de todos, pela qualidade de seus dirigentes e dos programas que desenvolve”. O avaliador visitara um Escritório Regional e vários Escritórios Locais, conversara com líderes rurais, prefeitos, acompanhado pelo Secretário Executivo Adjunto Cristóvão de Andrade Franco e a chefe do setor de Economia Doméstica, EDR Carmen Haman, educadora catarinense de Rio do Sul, que mais tarde veio a ser alta funcionária do Banco Mundial (BIRD), para assuntos da África, com sede nos EUA, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

8 Impactos e resultados da Extensão Rural em Santa Catarina – 1956 até a extinção da Acaresc

Não há dúvida sobre a qualidade dos serviços prestados pela Acaresc, porque o maior testemunho são os milhares de produtores rurais catarinenses que foram beneficiados pela orientação dos agentes de extensão rural e ainda se encontram vivos. Entretanto é preciso um esclarecimento importantíssimo que tem sido desconsiderado na história da extensão rural pública e gratuita brasileira e, principalmente, a catarinense.

Foi a época na qual teve início o grande impacto da implantação do serviço de extensão rural nos Estados. Foi a partir dos meados do século passado que surgia, em Santa Catarina, o milho híbrido.



A Demonstração de Resultado (DR) era efetuada na propriedade de um agricultor respeitado na comunidade

A DR era acompanhada por grupos de produtores visitantes e interessados nos resultados. No dia da colheita e da obtenção pública do resultado eram convidadas as autoridades municipais e a imprensa para testemunhar e divulgar os bons resultados. As DRs deram muito prestígio ao Serviço de Extensão Rural Catarinense.

Era fácil para o extensionista provar aos agricultores a superioridade produtiva do milho híbrido sobre a variedade comum tradicional, tanto em quantidade, quanto em lucratividade, por meio de Demonstração de Resultado, o mais eficaz método educativo da extensão rural e o mais utilizado nos primórdios da Acaresc. Na mesma época teve início a sistematização de várzea para o plantio de arroz irrigado, com um expressivo salto na produtividade deste cereal.

Na mesma época Frank Moore, engenheiro-agrônomo norte-americano, especialista em avicultura, coadjuvado pelo professor Vasconcelos, começou a difundir a avicultura confinada no Brasil, anteriormente criada à solta, com a introdução de linhagens de alta aptidão à postura e produção de carne. A produção, que anteriormente era de 30 a 40 ovos por ave ao ano, saltava para 200 a 300 ovos por ano.

Os primeiros aviários confinados de Santa Catarina foram construídos pela Acaresc, em Florianópolis, na Fazenda Ressacada, perto de onde hoje está localizado o aeroporto da Capital. Um aviário com capacidade para 100 aves, a ser difundido como modelo entre jovens dos Clubes 4S. Outro aviário para mil aves, a ser divulgado para os produtores em geral. As instalações efetuadas na Ressacada serviram também para efeito de demonstração e treinamento dos agentes de extensão.

Outro acontecimento marcante, que facilitava a transformação da suinocultura, foi o advento dos óleos vegetais, especialmente da soja, do milho e do girassol, ganhando a preferência das donas-de-casa sobre a banha de porco nas cozinhas, desvalorizando o porco-tipo-banha nacional e com a conseqüente preferência às raças tipo-carne. Foi quando teve início uma profícua cooperação entre a Acaresc e as agroindústrias, destacando-se a Sadia, na pessoa do seu proprietário e presidente, Senhor Atilio Fontana. Com a Sadia e a Perdigão, a Acaresc mantinha estreita colaboração com vistas à importação e multiplicação de reprodutores suínos da Europa e dos Estados Unidos.

Na época, a Acaresc passou a importar suínos tipo-carne, linhagens das raças Duroc, Jersey, Hampshire, Landrace e Large White, trazidos da Europa. Os suínos eram transportados de avião e desembarcados na Fazenda Ressacada em Florianópolis. Dali seguiam para serem reproduzidos em Postos de Suinocultura, da Secretaria da Agricultura. Um deles, existente em Concórdia, na Linha Tamanduá, onde a Acaresc



Reprodutores da raça Landrace, de origem europeia, raça típica para carne com pouco toucinho, divulgada pela extensão rural catarinense a partir da década de 1960

instalou três unidades de pesquisa aplicada. Uma para avaliação de carcaças, uma para avaliação de reprodutores e uma terceira para avaliação de rações balanceadas.

A Sadia fazia a reprodução dos suínos importados em criação própria, uma delas administrada por Ivo Reich, futuro diretor daquela empresa. As atividades de pesquisa eram conduzidas por técnicos da Acaresc, em Concórdia.

Essas unidades foram o embrião do futuro Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves da Embrapa, hoje existente naquele município. Até então a extensão rural realizava pesquisas, dada a ausência de outras instituições ocupadas em suprir tais necessidades em Santa Catarina. Inicialmente as pesquisas foram coordenadas pelo engenheiro-agrônomo Luiz Carlos Galotti Bayer, da Acaresc.

Outra inovação importante foi a difusão do Pastoreio Rotativo, uma aplicação do método de André Voisin, sob a orientação do pioneiro e sucessor de Voisin no Brasil, o engenheiro-agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado. Pinheiro Machado foi parceiro de Bayer e do autor deste histórico na transformação da suinocultura (temos três edições de livro sobre criação de suínos) catarinense. Não podemos omitir a exemplar coordenação do Projeto de Suinocultura exercida pelo engenheiro-agrônomo Adolfo Corrêa, no prosseguimento dos trabalhos iniciados por Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Bayer.



Aula prática para grupo de suinocultores do Oeste Catarinense

Entre os métodos de extensão utilizados nas novas práticas de criação destacavam-se os Cursos Avançados de Suinocultura, orientados pelo engenheiro-agrônomo gaúcho Luiz Carlos Pinheiro Machado.

O desenvolvimento da fruticultura de clima temperado também alcançou sucesso. Antes da década de 50, a fruticultura só existia em pequenos pomares de “fundo de quintal”. Naquela década, o Brasil importava duzentas mil toneladas de maçã por ano. Uma pesquisa aplicada, realizada por René Frey, em sua propriedade em Fraiburgo, SC, sob a orientação de pomicultores franceses e argelinos, e do grande viveirista francês Georges Delbard, comprovou a viabilidade econômica da produção de ameixa, pera, pêsego, nectarina e especialmente da maçã comercial em Santa Catarina.

Com base nos resultados colhidos pelo empresário René Frey, elaboramos o Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, o Profit (lucro em inglês) e instalamos sua coordenação em Videira, onde já havia uma Estação Experimental do Ministério da Agricultura, hoje da Epagri.

Em convênio com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a Acaresc trouxe, para orientar o Profit, o laureado pesquisador em maçã, engenheiro-agrônomo Kenshi Ushirozawa. De igual forma, em convênio com o governo de Israel, trouxemos ao Estado o engenheiro-agrônomo israelita Amon Erez, que veio nos ensinar, pela primeira vez, a quebra de dormência em gemas das macieiras, além de outros especialistas dos EUA, Japão e França.



A maçã logo se tornou comercialmente uma das frutas mais atraentes para os produtores

Lançado no final da década de 1960, o Profit viabilizou os pomares comerciais de frutíferas de clima temperado, com assistência técnica, financiamentos, juros e prazos adequados a cada espécie de fruta. Entre as frutas temperadas, foi dada ênfase ao cultivo da maçã e Santa Catarina tornou-se o maior produtor do Brasil, com mais de 50% do total de produção. De importador o estado passou a exportador, após pouco mais de 30 anos dos primeiros plantios comerciais.

A expansão da fruticultura de clima temperado comercial em Santa Catarina teve impulso a partir da década de 1960. Na década de 1970 já havíamos conseguido financiamento do Banco do Brasil, determinado pelo Banco Central, por decisão do Ministro Delfim Neto, com prazos e juros de acordo com cada fruta financiada, condição inexistente antes do Profit.

Essas condições, somadas à possibilidade de utilizar incentivos fiscais destinados ao reflorestamento, também no plantio da maçã, entusiasmaram empresários privados a implantar grandes pomares em Fraiburgo e no Rio Grande do Sul.

Em vinte anos, já havia uma área coberta com plantio de maçãs suficiente para abastecer o país, quando em plena produção. Hoje Santa Catarina produz cerca de

50% da produção nacional e o Brasil exporta mais de duzentas mil toneladas de maçãs por ano, além de suprir as necessidades da atual demanda interna.

Ademais, o eixo da fruticultura de clima temperado, especialmente da maçã, vem se deslocando para as áreas mais frias do estado e hoje produzimos em São Joaquim da Costa da Serra (nome original da atual São Joaquim), a maçã mais saborosa do mundo, derivada da Fuji japonesa, trazida pelo inesquecível amigo Kenshi Ushirozawa.

Como dissemos, foi uma época em que havia condições excepcionalmente favoráveis para o trabalho dos agentes de extensão rural da Acaresc. Hoje os avanços da ciência e da tecnologia, os meios de comunicação e outros fatores que incidem sobre o atual Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, por paradoxal que pareça, tornam o trabalho dos extensionistas rurais mais difícil do que quando implantamos os serviços de extensão rural no Brasil e em Santa Catarina.

Por meio das Demonstrações de Resultado (DRs) era provado, no campo, a superioridade e as vantagens econômicas do plantio da semente híbrida sobre a semente tradicional. O uso do plantio de batata certificada em lugar da batata-semente comum, a superioridade das rações balanceadas, em comparação com os sistemas de alimentação tradicionais. Também a superioridade das novas linhagens de aves, suínos, de vacas leiteiras geneticamente aperfeiçoadas em comparação com as raças tradicionais. O pastoreio rotativo e a adaptação do método Voisin, bem como o uso de novas forrageiras, em lugar de pastoreio e das pastagens até então adotadas pelos agricultores, resultaram em grandes avanços na pecuária. Uma DR realizada em Concórdia sobre o uso do esterco suíno no aumento da produtividade teve a presença do então Ministro da Agricultura Ângelo Amaury Stábile. O extensionista que orientou a DR foi o falecido e competente engenheiro-agrônomo Anselmo Hess.



Evento de DR ocorrido na década de 1960 no Oeste Catarinense abordando a escolha da rama e da manivã de mandioca

Foi a partir da década de 1960 que dois importantes projetos da extensão rural ganharam grande importância: o Projeto da Horticultura e o da Fruticultura. Cerca de 90% das hortaliças consumidas na capital do Estado provinham do Ceagesp de São Paulo. E o Brasil importava cerca de duzentas mil toneladas de maçãs por ano para suprir o consumo interno. Na década de 1960, a horticultura já se expandia na Grande Florianópolis, a partir do município de Antônio Carlos, sob a coordenação do extensionista engenheiro-agrônomo Roque Lino Braun.

A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina/Ocesc foi iniciativa da Extensão Rural, da Acaresc. É de justiça lembrar a participação dos extensionistas engenheiros-agrônomo Alberto Moraes, Érico Gebler, Rogério Remor, Carlos Loch, esses já falecidos, e Daniel Duzi, Aro Nomura, João Matos, Wilson Santa Catarina, Athos de Almeida Lopes, Wilibaldo Schmidt, Luiz Carlos Chiocca, Afonso Bach, além do engenheiro-agrônomo Frederico Büchle e outros não menos importantes.

A participação do ex-pequeno agricultor Ivo Vanderlinde, líder rural “treinado” pela Acaresc, portanto “cria da extensão rural”, como ele próprio declara em sua biografia, também merece destaque. Ivo foi um dos fundadores da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí (Cravil), e veio a ser Deputado Federal. Na Câmara Federal. Foi um expoente do cooperativismo nacional. Frederico Büchle também foi eficaz diretor da Cravil.

É importante recordar que antes da década de 1950 só existiam umas poucas cooperativas e todas por produto. Eram as cooperativas dos produtores de mate, de fumo e dos madeireiros. No Vale do Itajaí, o associativismo era manifestado pelos descendentes de alemães por meio do Raiffeisen, uma reprodução do modelo da primeira cooperativa de crédito fundada na Alemanha por Friedrich Wilhelm Raiffeisen em 1862.

Os produtores de arroz do Vale do Itajaí e do Sul do Estado se queixavam dos intermediários, donos dos engenhos de arroz, que pagavam baixos preços pelo produto, quando a safra era boa e preços altos quando a safra era pequena, dado ao mau tempo. Para enfrentar esse problema, Afonso Bach, extensionista no Sul Catarinense na década de 1960, já tinha orientado a organização de nove Cooperativas Agropecuárias naquela região. Foram as primeiras Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina.

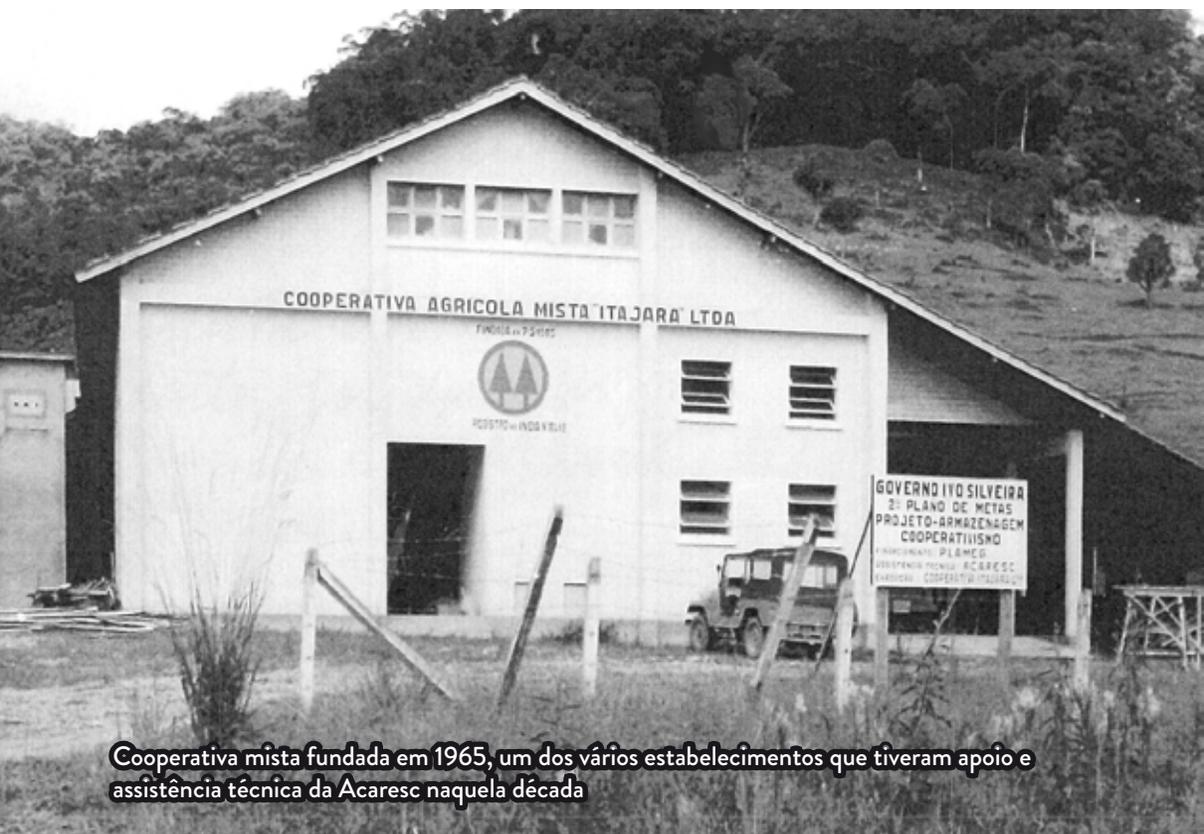
Na mesma época em Massaranduba, no Vale do Itajaí, orientado pela extensão rural, o exemplar agricultor e cooperativista Irineu Manke assumia a direção da primeira Cooperativa Agropecuária no Vale do Itajaí. O primeiro ato das cooperativas era a construção de armazéns providos de máquinas beneficiadoras, criando as condições para a melhoria dos preços recebidos pela comercialização do arroz e outros produtos.

Saudamos, ainda, um expoente do agronegócio catarinense e brasileiro,

o engenheiro-agrônomo Mário Lanznaster. Foi extensionista rural da Acaresc, presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, uma das maiores e mais bem conduzidas cooperativas do país, modelar na área do agronegócio que, junto com a Cooperativa Alfa, representa parcela destacada na composição do produto interno bruto (PIB) catarinense.

O Cooperativismo foi um dos principais projetos desenvolvidos pela extensão rural em Santa Catarina nos seus primórdios e nos anos seguintes. A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, a atual Ocesc, na década de 1960, foi iniciativa da Acaresc e seu primeiro presidente foi um agente de extensão rural

Ao conclamar os agentes de extensão rural a trabalhar pela causa das famílias rurais, como se sua própria fosse, relembramos que o desenvolvimento da nação depende da competência, do trabalho, da honestidade, do entusiasmo e da coragem dos responsáveis pelo bem-estar de todos.



Cooperativa mista fundada em 1965, um dos vários estabelecimentos que tiveram apoio e assistência técnica da Acaresc naquela década

9 A influência da extensão rural na origem e criação da Embrapa

A origem da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está alicerçada na Extensão Rural exercida no Brasil sob a coordenação nacional da Empresa Brasileira de Crédito e Assistência Rural, uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, que vinha atuando desde a década de cinquenta do século passado.

Não é demais repetir que um serviço de extensão rural tem a responsabilidade de propiciar às famílias rurais agrossilvopastoris acesso e uso de novas práticas de trabalho, produção e comercialização, capazes de ocasionar elevação da produtividade dos solos, das águas, das plantas, dos animais e, sobretudo, do trabalho humano. A consequência é o aumento da produção agrossilvopastoril e da qualidade de vida das famílias rurais produtoras, obviamente com repercussão benéfica em geral. E a pesquisa agropecuária tem também decisiva responsabilidade na realização de tais objetivos, seja da área pública ou da privada.

Vamos às provas de nossa afirmação inicial. Até o princípio da década de setenta do século passado, as informações sobre os avanços das ciências agrárias, concernentes às novas técnicas de trabalho e produção agrossilvopastoril eram da responsabilidade das instituições públicas de pesquisa agropecuária, consubstanciadas numa rede de estações experimentais, comandadas pelos Institutos de Pesquisa Agropecuária (IPEAs), que eram instituições federais. Alguns estados possuíam estações experimentais próprias, porém a rede federal dos IPEAs era dominante. Além da rede pública, realizavam pesquisas agropecuárias instituições privadas, a exemplo da Agrocerec, Cargill, cooperativas e associações de criadores. As pesquisas se concentravam especialmente em áreas como o cultivo de cereais, a criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e um arremedo de aves, com pouca expressão econômica (a exemplo da granja Guanabara) quando as comparavam às linhagens importadas. As universidades também desenvolviam pesquisas, porém de forma pontual.

Entretanto, os carros-chefes da pesquisa agropecuária, até a década de setenta, eram os IPEAs, que haviam sido fundados no governo de Getúlio Vargas. A Estação Experimental de Caçador em Santa Catarina é um bom exemplo da ação do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IPEAS), cuja ênfase era a pesquisa com trigo,

numa época em que o Brasil promovia a expansão do cultivo do cereal-rei. Outros grandes institutos eram o Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte (Ipeane) o Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Centro-Oeste (Ipeaco).

Por volta de 1970, o Sibraer, coordenado pela Abcar, sentia necessidade de mais informações técnicas das instituições públicas de pesquisas agropecuárias, sobretudo da rede dos IPEAs, ao mesmo tempo em que os IPEAs afirmavam existir as referidas técnicas disponíveis que não eram difundidas pelos extensionistas rurais das filiais da Abcar que compunham o sistema brasileiro de extensão rural. Esse desencontro de posicionamento foi um tiro mortal na pesquisa agropecuária federal pública de então, e o causador da origem da Embrapa. Quem faz esta afirmação foi participante ativo da criação da Embrapa. Vamos às provas.

A declaração dos representantes do IPEA de que os extensionistas não estavam divulgando os resultados da pesquisa causou grande descontentamento entre os agentes da extensão rural, especialmente da junta governativa da Abcar, da qual éramos membro integrante desde sua fundação. Tínhamos natural força e prestígio com o Ministério da Agricultura, na pessoa do seu ministro, o engenheiro-agrônomo Luís Fernando Cirne Lima, dado ao fato de que éramos Secretário da Agricultura de Santa Catarina e controlávamos a Secretaria Executiva do Serviço de Extensão que vinha sendo executado pela Acaresc, na época avaliada pela Abcar, como prestadora dos serviços de melhor qualidade do Sibraer.

O gaúcho Cirne Lima era conterrâneo do presidente Emilio Garrastazu Médici, que o nomeara seu Ministro da Agricultura. Era Secretário Executivo da Abcar, o pernambucano Alóisio Campelo, que desfrutava grande prestígio com o ministro Cirne Lima, pelo seu excelente desempenho no comando da Abcar. Tornou-se uma espécie de consultor do ministro Cirne Lima e tinha total confiança da junta governativa da Abcar, então presidida pelo mineiro e amigo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senhor João Napoleão de Andrade.

Em uma reunião da junta governativa da Abcar foi decidido que seria feito um detalhado levantamento em toda rede de estações experimentais dos IPEAs, listando as referidas técnicas disponíveis e não divulgadas pelos agentes de extensão rural do Sibraer. O levantamento deu origem ao Livro Preto, um raro documento, onde foi constatado que as informações práticas e úteis para os agricultores não correspondiam às declarações dos pesquisadores do ex-Ipea que se subordinava ao Departamento de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura. Esse foi o mencionado tiro mortal.

Em nova reunião da junta governativa da Abcar foi decidido sugerir ao ministro Cirne Lima a criação de uma empresa pública que viesse acelerar a pesquisa agropecuária brasileira e o consequente desenvolvimento rural do país. Cirne Lima era seu inspirador, oferecendo, obviamente, integral apoio à decisão do Sistema Brasileiro de Extensão Rural.



Secretário da Agricultura de Santa Catarina, engenheiro-agrônomo Glauco Olinger (à direita), em reunião com o Ministro da Agricultura engenheiro-agrônomo Luís Fernando Cirne Lima (ao centro), com a presença do Governador Colombo Salles (à esquerda), início dos anos 70

No dia 7 de dezembro de 1972 o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici sancionou a Lei nº 5851 que autorizava o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, na época sob o comando de Cirne Lima. O Artigo 7 estabelecia o prazo de 60 dias para a expedição dos estatutos da Embrapa e determinava que o decreto tivesse a data de instalação da Empresa. O decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da Embrapa e determinou sua instalação em 20 dias, o que aconteceu no Ministério da Agricultura, em Brasília, DF.

No ato de instalação, a convite do ministro Cirne Lima, discursou sobre os objetivos da Embrapa este que relata os acontecimentos, participante ativo da criação da empresa. Em resumo, sugeríamos que a Embrapa priorizasse a pesquisa aplicada, com vistas à obtenção de práticas úteis aos agropecuaristas nos mais curtos prazos

possíveis, sem prejuízo da pesquisa pura, ou básica, e que a ênfase a pesquisa pura fosse delegada às universidades, com amplo apoio do Ministério da Agricultura. Importa ressaltar que um dos principais membros componentes da junta administrativa da Abcar era o Ministério da Educação.

A primeira diretoria da Embrapa foi empossada no dia 26 de abril de 1973, no Ministério da Agricultura e o ex-Secretário Executivo da Abcar, o advogado e economista José Irineu Cabral (um dos fundadores da Abcar), pernambucano, conciliador, de larga visão administrativa, muito bem relacionado com Aloísio Campello, foi nomeado o primeiro diretor presidente da Embrapa. Os diretores eram Edmundo Fontoura Gastal, Roberto Meireles Miranda e o ex-agente de extensão rural da Acar de Minas Gerais, o engenheiro-agrônomo Eliseu Roberto de Andrade Alves, recém-chegado da universidade norte-americana de Purdue, do Estado de Indiana, com a titulação de Ph.D. em Economia Agrícola.

Eliseu Alves, como é conhecido, recebeu amplo apoio da presidência da Embrapa e foi o verdadeiro arquiteto da construção da Empresa. Sua excepcional inteligência, lisura e competência profissional, aliadas à virtude na coragem da veiculação de suas ideias levaram-no à presidência da Embrapa pelo então Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, este um grande apoiador da pesquisa agropecuária e da extensão rural no Brasil. Alysson Paulinelli consolidou a Embrapa e a Embrater, assegurando-lhes amplos recursos financeiros e propiciando extraordinária expansão da pesquisa agropecuária e da extensão rural em todo o país.

Do exposto, cremos ter resgatado suficiente esclarecimento sobre a influência da Extensão Rural do Sibraer, na criação, estrutura, direção e fundamentos da Embrapa, que veio absorver o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, os IPEAs, e toda a rede de estações experimentais públicas do país.

Em 1975, dois anos após a fundação da Embrapa, foi criada a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc). A Empasc e a Acaresc sofreram fusão em 1991, com a criação da atual Epagri.

Em Santa Catarina, a rede oficial da pesquisa agropecuária se encontra sob a responsabilidade da Epagri, bem como os serviços de extensão rural.

10 Valores, virtudes e proselitismo político na Acaresc

Entendemos por valores e virtudes os fundamentos éticos e espirituais que formam a consciência do ser humano.

Ao longo do tempo por nós vivido neste planeta foi possível constatar o surgimento de vocabulários e expressões, de especial ou pretenso significado, na solução dos maiores problemas das empresas e da nação. Atualmente a preferência é pela inovação, estratégia, *compliance*², cidades inteligentes, para citar alguns entre as dezenas que circulam, além de inúmeros outros em línguas estrangeiras que nos soam mais como pedantismo retórico do que úteis para a maioria dos leitores e ouvintes.

São uma espécie de palavra mágica, às vezes nada mais do que muleta para seu usuário. Um exemplo está no termo estratégia. Serve para tudo. Se é estratégico, é bom, semelhante a certa propaganda comercial. Plano estratégico, reunião estratégica, viagem estratégica, construção estratégica, decisão estratégica, e assim por diante. Exemplificamos o termo ‘Estratégia’ visto tratar-se, de termo vernaculamente original, usado pelas forças militares, significando como operar determinadas ações. Era ‘estratégia de ação’ e nos parece diferente de ‘ação estratégica’. A Acaresc tinha uma estratégia de ação definindo, claramente, como efetuar o planejamento, as características do plano, da execução e avaliação de resultados. O mesmo valia para os programas e projetos.

No período decorrido entre as décadas de cinquenta e setenta, a palavra de ordem era ‘Desenvolvimento’, tão expressiva que perdura até os dias atuais. E foi o termo desenvolvimento que a Acaresc tomou para expressar seus valores e virtudes. Nossa afirmação era de que o desenvolvimento exigia dos agentes de extensão rural a virtude, o cultivo e a prática da ‘Capacidade’, do ‘Trabalho’, da ‘Honestidade’, do ‘Entusiasmo’ e da ‘Coragem’.

A ‘Capacidade’ era entendida como o saber, o conhecimento, a competência profissional, desde o mais modesto servidor da instituição até o dirigente máximo. E, para tal desígnio, a capacitação inicial e periódica era de todos exigida, por ser imprescindível em qualquer organização pública ou privada. Sem ela, não haverá inovação.

² Termo utilizado atualmente pelas empresas significando que elas estão em conformidade com leis e regulamentos, primando pela probidade administrativa.

O ‘Trabalho’ é recebido não como um fardo a ser carregado, mas sim como poesia do dever e único fator capaz de milagres, conforme afirmava o realizador do “milagre alemão”, após a segunda guerra mundial, Ludwig Erhard.

A ‘Honestidade’, entendida como dever de todos e não como virtude de alguns e definida por Lacordaire como algo que consiste no conhecimento e no exercício do direito e do dever.

O ‘Entusiasmo’ é palavra derivada do grego “enthousiasmós” que significa “ter um deus interior” ou “estar possuído por Deus”. O entusiasta possui um deus dentro de si ao defender uma justa causa. E a causa de um agente de extensão é, por empatia, a das famílias rurais com as quais trabalha. O sucesso do agricultor é, também, seu sucesso, sua alegria. O fracasso, seja por fatores climáticos imprevisíveis, seja por algum equívoco, é motivo de tristeza ante o infortúnio de ambos.

Finalmente, a virtude da ‘Coragem’. É preciso ser portador da coragem para exercitar as virtudes e valores aqui relacionados e que eram apregoados aos trabalhadores da Acaresc.

Quanto ao ‘proselitismo político’, sua prática era vedada em dispositivos do estatuto do ETA-Projeto17 e da então Acaresc, que foi fielmente cumprido até a década de setenta, quando o governo estadual instalado entendeu que a influência da política partidária deveria envolver os serviços de extensão executados pela Acaresc. Detalhes sobre essa transformação se encontram no livro “Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil”, de nossa autoria.

Em contatos com a atual presidente da Epagri, engenheira-agrônoma Edilene Steinwandter, tivemos a sensação de que os valores e virtudes, aqui mencionados, estão de volta! Queira o destino que assim aconteça.

Referências

OLINGER, G. **Como melhorar a eficácia da extensão rural no Brasil e na América Latina**. Brasília: Embrater.1984. 52p. (Embrater. Leituras Seleccionadas, 13).

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996, 523p.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: Epagri, 2001. 163p.

OLINGER, G. **50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no estado de Santa Catarina 1956 a 2006**. Florianópolis: Epagri, 2006. 72p.

OLINGER, G. **Memórias da vida rural e da política agrária: e o potencial do Brasil para a segurança alimentar**. Palhoça, SC: Ed. Unisul, 2016. 293p.

ANEXO 1 – Currículo do autor

Por iniciativa e solicitação do DEMC, o Dr. Glauco Olinger gentilmente apresentou um currículo atualizado de sua trajetória profissional, o qual vai registrado a seguir.

Data de nascimento: 17/09/1922

Local de nascimento: Lages, Santa Catarina, Brasil

Estado civil: casado

Nome do Cônjuge: Maria Auxiliadora da Costa Olinger, falecida no dia 21 de setembro do ano 2019

Filha: Glaucia Maria Olinger

Filiação: Olímpio Antônio Olinger e Laura Vieira Olinger

1 Curso de formação

a. Colégio Catarinense – Florianópolis, SC

b. Curso complementar na escola Superior da Agricultura de Viçosa – Viçosa, MG 1941 a 1942

2 Títulos universitários e equivalentes

a. Engenheiro Agrônomo. Diplomado em 1946 pela Universidade Rural de Viçosa, Minas Gerais. Registro Crea 1.925, carteira 244 D

b. Economista Rural, pelo Instituto de Economia e Organização, CREP - 1ª Região

c. Técnico em Administração – CRTA, 9ª Reg. PR-SC, Reg. 4.930

3 Cursos de especialização

a. Engenharia Rural, Universidade Rural do CNPA-MA, 1948

b. Extensão Rural, DNPV-MA, 1956

4 Cursos diversos

a. Curso avançado de Suinocultura, S.A., SC, 1961

b. Curso Avançado de Gado Leiteiro, S.A., SC, 1962

-
- a. Introdução à Sociologia Rural, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1964
 - d. Seminário de Desenvolvimento de Executivos, Teresópolis, RJ, 1966
 - e. Curso Regional de Crédito Rural, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 1967
 - f. Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e desenvolvimento, ADESG, 1970
 - g. Seminário de Legislação Tributária, Florianópolis, SC, 1971

5 Pós-Graduação: mestrado em Ciências Sociais (Créditos)

- a. “Origens do Homem” – UFSC, 1976
- b. “Antropologia Cultural II” – UFSC, 1976
- c. “Sociologia III” - UFSC, 1976
- d. “Modos de Produção Agrários” – UFSC, 1977
- e. “Estratificação Social” – UFSC 1977
- f. “Sociologia da Produção Intelectual” UFSC – 1977
- g. “Modos de Produção e Formação Sociais” – UFSC, 1977
- h. “Estudo Comparativo das Sociedades da América Latina” – UFSC, 1977
- i. “Economia Internacional” – UFSC, 1977
- j. “Sociologia Rural” – UFSC, 1977
- k. “Sociologia Urbana” – UFSC, 1977

6 Funções e cargos exercidos

1. Engenheiro-agrônomo – Classe K do Quadro Estadual, 1947
2. Professor de Zootecnia na Escola Agrícola Caetano Costa de Lages, SC, 1948
3. Chefe do Campo de Sementes de Lages, SC, 1947
4. Executor da Campanha de Combate ao Gafanhoto no Oeste Catarinense, 1948
5. Engenheiro-agrônomo Classe J do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, nomeado por Concurso Público
6. Encarregado do Setor de Engenharia Rural do Serviço de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, 1949
7. Administrador da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, no sudoeste do Paraná, e assentamento de 3.500 famílias agricultoras e cofundador da cidade de Francisco Beltrão, 1953 a 1956
8. Chefe do Serviço de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura no Estado de Santa Catarina (atualmente Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento), 1955

-
9. Executor do Acordo entre o Estado de Santa Catarina e o Ministério da Agricultura para o Fomento da Produção Vegetal, 1955
 10. Fundador do Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina e Diretor do ETA-Projeto 17, 1956
 11. Secretário Executivo da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, consolidadora da Extensão Rural, 1957 a 1975, Sucessora do ETA-Projeto 17
 12. Membro Fundador da Junta Governativa da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – Abcar, desde a criação até sua Extinção, 1957 a 1975
 13. Conselheiro da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, 1962
 14. Assessor de Agricultura e Membro efetivo da Comissão de Planejamento e Coordenação Orçamentária, nos governos Celso Ramos e Ivo Silveira, 1961 a 1969
 15. Conselheiro Técnico do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e coautor do “Estatuto da Terra”, 1964 a 1968
 16. Presidente do Conselho Estadual de Agricultura, 1968
 17. Presidente da Associação Catarinense de Engenheiros Agrônomos, 1960 a 1962
 18. Membro efetivo do Grupo de Trabalho que fixou os preços do trigo e dos bens de produção. Porto Alegre, 1961
 19. Presidente da Associação Catarinense de Engenheiros Agrônomos, 1968 a 1970
 20. Membro efetivo do Grupo de Trabalhos que fez o estudo de carga e descarga do Porto de São Francisco em 1962, sob a presidência de Colombo Salles, 1962 (Colombo Salles veio a ser Governador do Estado de Santa Catarina)
 21. Conselheiro e Diretor Técnico-Científico da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina, 1962
 22. Membro efetivo da Comissão de Planejamento e Coordenação Orçamentária dos Governos Celso Ramos e Ivo Silveiro, 1961 a 1969
 23. Assessor de Agricultura do Planos de Metas (Plameg), dos Governos Celso Ramos e Ivo Silveira, 1961 a 1969
 24. Diretor de Política Profissional da “Sociedade Brasileira dos Engenheiros Agrônomos Planejadores”, 1968 a 1970
 25. Membro efetivo da Junta Governativa da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – Abcar, desde a fundação até sua Extinção, com a criação da Embrater, 1957 a 1954
 26. Secretário Estadual da Agricultura no Governo de Ivo Silveira
 27. Secretário Estadual da Agricultura no Governo de Colombo Machado Salles

-
28. Secretário Estadual de Educação (acumulando com a Secretaria da Agricultura) no governo de Colombo Machado Salles
 29. Presidente do Conselho Estadual de Agricultura, 1968 a 1975
 30. Membro efetivo do Conselho Nacional de Extensão Rural – Conser 1972 a 1973
 31. Membro efetivo da Comissão Nacional de Pesquisa em Assistência Técnica e Extensão Rural – Compater, 1975
 32. Membro efetivo do Conselho do Centro Nacional de Triticultura, 1975 a 1976
 33. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – Acaresc, 1975 a 1990
 34. Membro Efetivo do Conselho Administrativo da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1979 a 1985
 35. Representante do Ministério de Agricultura no Conselho Diretor do Projeto Rondon, 1979 a 1985
 36. Conselheiro Efetivo da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, 1979 a 1985
 37. Diretor Técnico-Científico da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB
 38. Membro Efetivo do Conselho do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, 1980 a 1984
 39. Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Economia Rural
 40. Membro Titular do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1982 a 1984
 41. Membro do Conselho Universitário da UFSC, 1975 a 1979 e 1986 a 1988
 42. Avaliador Externo do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para o Ministério da Educação, 1996
 43. Fundador e Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, 1976 a 1979
 44. Presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, 1980 a 1985
 45. Administrador do Programa Nacional de Sistematização de Várzeas – Provárzeas, 1983 a 1985, acumulando com Embrater
 46. Fundador da Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1986
 47. Pró-Reitor de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1986 a 1988

-
48. Presidente da Companhia de Desenvolvimento da Agricultura de Santa Catarina - Cidasc, 1988
 49. Coordenador de Extensão Rural da Emater/Acaresc, 1986 a 1990
 50. Consultor da Emater/Acaresc e Epagri, 1991 a 2007
 51. Ouvidor da Epagri, 2007
 52. Consultor do Projeto Microbacias, 2008 a 2011, quando solicitou desligamento, com 89 anos de idade, passando a escrever memórias e temas agrários

6.1 Atividades no magistério

1. Professor de Zootecnia na Escola Agrícola Caetano Costa de Lages, 1947
2. Membro Efetivo do Conselho Estadual de Educação e Presidente da Comissão de Ensino Superior, 1962 a 1970
3. Professor de “Estudos Socioeconômicos”, na Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina – Esag/Udesc, 1965
4. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fundação da Escola de Administração e Gerência da Esag/Udesc, 1965
5. Professor de Planejamento Público no Primeiro Curso de Planejamento de Ensino Municipal da Udesc, 1966
6. Membro efetivo da Comissão Especial para Atualização do Ensino Catarinense, 1967
7. Professor de Política Agrária e Extensão Rural no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 1975 a 1979
8. Presidente do Grupo de Trabalhos para a implantação dos Cursos de Aquicultura e Engenharia de Alimentos da UFSC, 1977
9. Presidente da Comissão de Ensino Superior no Conselho Estadual de Educação, 1962 a 1970
10. Membro do Conselho Universitário da UFSC, 1971 a 1975 e 1986 a 1988
11. Avaliador Externo de Curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, para o Ministério da Educação e Cultura, 1996

6.2 Planos, projetos e estudos realizados

1. Bases para o Plano Nacional de Fomento da Produção Vegetal para o Ministro da Agricultura Romero Cabral da Costa
2. Plano de implantação do ETA – Projeto 17 – Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina (Acaresc)

-
3. Plano de Metas – Plameg – setor da agricultura do Governo Celso Ramos, 1960 a 1964
 4. Plano de Metas – Plameg – setor de agricultura do Governo Ivo Silveira, 1964
 5. Estudo, na Alemanha Ocidental, da Política Agrária – “Flurbereinigung”, para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA, 1965
 6. Estudo nos Estados Unidos, do sistema “ensino-pesquisa-extensão”, para Abcar, 1967
 7. Estudo da reforma agrária realizado na Alemanha, no México, Guatemala, Chile e Venezuela para o IBRA, 1967 a 1968
 8. Estudo do Sistema de Produção de Sementes no México, 1968
 9. Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Território do Amapá, para o Ministério do Planejamento e executado pela Abcar, 1968
 10. Projeto de Fruticultura de Clima temperado/Profit, 1969
 11. Plano de Agricultura do Governo Colombo Salles, 1969
 12. Fundo de Estímulo à Produtividade/Fepro, 1970
 13. Fundo Agropecuário/FAP, 1970
 14. Plano e implantação da Extensão Rural em Angola, África, 1971
 15. Plano da Implantação do Centro de Ciências Agrárias da UFSC com o curso de Agronomia, 1975
 16. Participante do Plano de Agricultura do Governo Jorge Bornhausen, 1979
 17. Diretrizes Gerais para a Embrater para o período de 1979 a 1985, Governo João Figueiredo
 18. Plano de Implantação da Pró-Reitoria de Planejamento e Plano de Avaliação do Ensino e da Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 1986 na gestão de Rodolfo Pinto da Luz
 19. Plano de Extensão e Ensino para Cabo Verde “Rapport Cape Vert” em consultoria para o FAO
 20. Plano de combate à febre aftosa e raiva em bovinos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) no Governo Pedro Ivo Campos, que tendo solução de continuidade veio a livrar o estado da raiva e da febre aftosa
 21. Plano para a implantação das escolas de Agronomia e Veterinária de Lages, SC em parceria com Alcides Abreu
 22. Plano para a criação de um curso de Medicina Veterinária para a Universidade do Oeste (Unoeste), em Santa Catarina. Parceria com o médico veterinário Roni Barbosa, 2006
 23. Projeto de Lei de Incentivo aos Agricultores Rurais Familiares, em tramitação no

Senado da República, apresentado pelo senador Luiz Henrique da Silveira, visando o desenvolvimento da silvicultura, 2006

7 Eventos internacionais

7.1 Como representante do Brasil

- a. Seminário de Informação, em Lima, Peru, 1958
- b. Reunião do Conesul, Organização dos Estados Americanos/OEA/FAO, em Buenos Aires, 1966
- c. Reunião de Dirigentes de Crédito Rural para América Latina em Guatemala, 1967
- d. Seminário de Diretores de Extensão Rural, Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, 1968
- e. Primeiro Encontro de Engenheiros Agrônomos Latino-Americanos, Porto Alegre, 1969
- f. Encontro Agrônomo em Nova Lisboa, África, a convite do Governo Português, 1971
- g. Seminário para Reforçamento da Extensão Rural na América Latina, em São Domingos, Caribe, 1981
- h. Seminário de Geração de Informação e Mudanças Tecnológicas da FAO, em Viña Del Mar, Chile, 1981
- i. Congresso Internacional de Irrigação e Drenagem, em Fort Collins, Estados Unidos, 1984
- j. Mesa redonda de Dirigentes de Extensão Rural em Tegucigalpa, Honduras, 1984
- k. Seminário de Ensenanza Agrícola, pela FAO, em Lima, Peru, 1985
- l. Seminário de Capacitação para Dirigentes de Extensão em Praia, Cabo Verde, 1986
- m. Taller Latinoamericano de Extensión en manejo de Cuencas Hidrográficas en Acarigua, FAO, 1993

7.2 Como conferencista

- a. Conferência Interamericana de Líderes da Juventude Rural, Rio de Janeiro, 1966
- b. Seminário Nacional de Extensão Rural promovido pela Asociación Argentina de Extensión Rural, Banco de La Nación y Cooperativas Agropecuarias, em Buenos Aires, 1958
- c. Mesa Redonda sobre “La Formación Profesional para EL Desarrollo Agropecuario con Equidad, Sustentabilidad, Competitividad em El marco Del Liberalismo

-
- Econômico”. Organizado pela FAO, Assunção, Paraguai, 1993
- d. “Seminário sobre Cuencas Hidrográficas”, organizado pela FAO, 1993 na Universidade de Fort Collins, Colorado, E.U.A
- e. Mesa Redonda sobre “Educación Agrícola Superior”, organizado pela FAO, Bogotá, Colômbia, 1994
- f. “Primer Congreso Mundial de Agronomía”, organizado pela FAO e Colégio de Ingenieros Agrónomos do Chile, em Viña Del Mar, Chile, 1994

7.3 Eventos nacionais

1. Palestra na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/ADESG sobre “Atividades Primárias da Economia Catarinense”, 1973
2. Debatedor no Encontro sobre “Política Creditícia e Assistência Técnica”, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura/CNA, Brasília, 1978
3. Explicitador no Simpósio Agropecuário e II Encontro de Engenheiros Agrônomos, Campo Grande, MT, 1978
4. Conferencista na Escola Superior de Guerra do Brasil – ESG, Rio de Janeiro, 1979, a convite e representando o Ministro da Agricultura Ângelo Amaury Stábile
5. Debatedor no Seminário “Agricultura 1985” – Painel: “Tecnologia Agrícola: Novos Rumos”, Brasília, 1984
6. Conferencista no “Seminário Nacional de Capacitação para Reforma Agrária”, Curitiba, PR, 1985
7. Debatedor no “1º Seminário Nacional de Batata Semente”. Tema: “Política Agrária no Brasil”, em São Joaquim, SC, 1989
8. Conferencista na “XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia (SBZ) sobre “Geração e Difusão de Tecnologia Agropecuária” em João Pessoa, Paraíba, 1991
9. Painelista no Certame “Difusão e Transferência da Tecnologia do Milho e Sorgo no Brasil” em Sete Lagoas, Minas Gerais, 1991
10. Participação no IV Encontro Regional Sul do PIPSA-SUL, sobre “Pesquisa Social na Agricultura”, Florianópolis, 1991
11. Palestrante no Seminário sobre “Modernização da Política Institucional”, no Centro de Ciências Agrárias, UFSC, 1993
12. Conferencista no “1º Seminário Estadual de Municipalização da Agricultura”, em Ijuí, RS, sob os auspícios da Cosema, Cotrijuí e Unijuí, 1994
13. Congressista no “IV Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos”, 1998
14. Conferencista no 39º Congresso Brasileiro de Olericultura, Universidade do Sul de Santa Catarina/Unisol, Tubarão, SC, 1999

-
15. Participante do “Seminário Regional de Articulação Governamental” em Florianópolis, 1999
 16. Membro do Workshop sobre “Negociação e Comercialização Agropecuária e Agricultura Familiar no Mercosul”, promovido pelo Instituto Interamericano- de Cooperação para a Agricultura/IICA, 2000
 17. “Participação no Seminário Regional de Florestas Plantadas”, em São José do Oeste, SC, 2005
 18. Palestrante no Seminário Nacional sobre Fruticultura de Clima Temperado – 7º Senafrut, em São Joaquim, 2006
 19. Participante no “10º Seminário Regional de Agroecologia”, Florianópolis, 2007
 20. Painelista no evento “Extensão Rural: Legado e Desafios do Desenvolvimento Rural Sustentável”, promovido pela Academia Brasileira de Extensão, Belo Horizonte, MG, 2008
 21. Participante no “Congresso Nacional dos Trabalhadores da Ater e do Setor Público do Brasil”, São José, Santa Catarina, 2009
 22. Palestrante na Mesa Redonda sobre o tema “Atuação Profissional e Organização da Classe dos Engenheiros Agrônomos”, CCA/UFSC, 2011
 23. Palestra no V Congresso Internacional de Educação. Tema: “Educação no Meio Rural”, Centro Universitário Barriga Verde/Unibave, Orleans, SC, 2011

8 Publicações mais importantes

1. “Saneamento Básico”, 70.000 exemplares, 1961 a 1973
2. “Política Agrária”, 100p., 1963
3. “Siga Este Livro e Crie Suínos”. 114p., 1963
4. “Santa Catarina – Setor Primário da Economia “, em parceria com Fernando Marcondes de Mattos, 70 págs., 1964
5. “Ensaio sobre a Economia Catarinense”, em parceria com Alcides Abreu, Carlos Passoni, Fernando Lago e C. Gevaerd, 133p., 1964
6. “Agricultura – Diagnóstico e Prioridades”, 202p., 1967
7. “Um Roteiro para o Crédito Rural Orientado”, 100p., 1967
8. “Desenvolvimento e Estratégia de Ação”, 86p., 1968
9. “Meios de Comunicação”, 112p., 1973
10. “Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil”, 523p., 1996
11. “Rural Extension and The System For Living with the Droughts in Northeast Brazil”, Edições Embrater, 1984
12. “Êxodo Rural: Cidade ou Campo?”, 108p., 1991

-
13. “Consideração sobre Planejamento e Avaliação em serviços de Extensão”, 70p., editado pela Epagri, 2001
 14. “50 anos de Extensão Rural”, editado pela Epagri, 2006
 15. “Métodos de Extensão Rural”, 161p., editado pela Epagri, 2011
 16. “Agricultura Catarinense: em busca do equilíbrio ecológico”, Editora Unisul, 422p., 2014
 17. “Memórias da Vida Rural e da Política Agrária: e o Potencial do Brasil para a Segurança Alimentar, Editora Unisul, 298p., 2016

9 Outras publicações importantes

1. “Cultura da Cana”, Ed. Deacoop, 1948
2. “Criação de Novilha”, ETA/Projeto 17, 1956
3. “Reforma Agrária: Capacitação de Pessoal”, 42p., 1967
4. “Agricultura: Prospectiva Catarinense” para Adesg, 32p., 1970
5. “Vulgarização em Zonas Rurais Subdesenvolvidas”, para a Universidade de Nova Lisboa, Angola, 14p., 1971
6. “Fatores de Produção”, editado pela Imprensa Oficial-SC, 32p., 1971
7. “Agricultura Catarinense: Transformação e Tendências”, editado pela Acaresc, 60p., 1974

10 Edições técnicas publicadas pela Embrater, Brasília

- a. “Extensão Rural”, 1984
- b. “Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência para a Seca no Nordeste”, 1984
- c. “Bases para uma Política Agrícola”, 1984
- d. “Demonstração de Resultado”, 1984
- e. “Política Agrária para a República Nova”, 1984
- f. “Como Melhorar a Eficácia da Extensão Rural no Brasil e na América Latina”, 1985
- g. “Como Mejorar La Eficacia de La Extención Rural em Brasil y América Latina”, editado pelo INTA, Argentina, 1985
- h. “Extensão Rural: uma contribuição para a Associação Argentina de Extensão Rural”, Ed. Embrater, 1985
- i. “Municipalização da Agricultura”, editado pela Acaresc, 1991
- j. “Unidade de Observação: Como Integrar a Pesquisa e a Extensão”, editado pela Acaresc, 1991
- k. “Gotas de Suor” (participante), editado pela Epagri, 1996

11 Atividades na imprensa

1. 153 artigos publicados em jornais de Santa Catarina (O Estado, A Gazeta, Notícias de Joinville, Diário Catarinense, Correio Lageano) e de diversos estados brasileiros (Correio Brasiliense, Jornal de Brasília, Diário de Pernambuco, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul), 1947-2013
2. 47 editoriais e 14 trabalhos técnicos publicados nas revistas: “Extensão Rural” da Embrater e revista “Agropecuária Catarinense” da Epagri, 1960-2012
3. 53 entrevistas em jornais de Santa Catarina, de capitais brasileiras, de Angola (África), Cabo Verde, Santiago (Chile), Lima (Peru), Stuttgart (Alemanha), entre outros, 1957-2012
4. 35 entrevistas em redes de televisão de Santa Catarina e de outros Estados, 1964-2012
5. Diploma de “Amigo da Imprensa” Catarinense
6. Certificado de “Sócio-Honorário” da Imprensa de Brasília, 1984

12 Comendas, medalhas e outras titulações

1. “Mérito profissional”. Concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1967
2. “Estimulador da Apicultura Catarinense”. Título outorgado pelo “1º Congresso Brasileiro de Apicultura, 1970
3. “Diploma de Reconhecimento”. Concedido pela Universidade Rural de Viçosa, Minas Gerais, 1971
4. “Medalha de Mérito Agrícola Nacional”. Concedida pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), 71
5. “Medalha Anita Garibaldi”. Concedida no governo de Colombo Salles, 1974
6. “Personalidade do Ano”. Concedido pelos Diários Associados, 1974
7. “Personalidades do Ano” e “Amigo da Imprensa”. Concedido pela Casa dos Jornalistas de Santa Catarina, 1974
8. “Doutor Honoris Causa”. Concedido pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), 1975
9. “Prêmio Nacional de Assistência na Técnica e Extensão Rural”. Sob o patrocínio e governo do Presidente Ernesto Geisel, 1978
10. “Comenda da Ordem do Rio Branco”. Outorgada pelo Governo Federal (Itamaraty), 1979
11. “Prêmio Codesc”, 1981
12. “Comenda de Brasília”. Outorgada pelo Governo Federal, 1984

-
13. “Diploma de Reconhecimento” por “Expressiva Contribuição ao Serviço de Extensão Rural de Minas Gerais”. Concedido pela Emater, Minas Gerais, 1984
 14. “Medalha de Mérito profissional Alice Petrelli”. Outorgada pelo governo do Estado de Santa Catarina, 2001
 15. ”Ordem do Mérito Jerônimo Coelho”. Concedida pelo Conselho Regional de Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos (Crea), 2006
 16. “Professor Emérito”. Outorgado pela Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, 2007
 17. Prêmio Frederico Menezes Veiga”. Outorgado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa, por serviços prestados à integração da pesquisa com a extensão Rural no Brasil, 2008
 18. “Medalha Professor João Davi Ferreira Lima”. Agraciado pela Câmara Municipal de Florianópolis, 2008
 19. ”Homenagem Especial” da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2008
 - 20 “Homenagem Especial “ da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2011
 21. “Acadêmico Honorário” da Academia Brasileira de Ciências Agronômica, 2012
 22. “Sócio Benemérito” da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
 23. “Mérito Profissional”. Concedido pela Universidade Rural de Viçosa, Minas Gerais
 24. ”Prêmio Expressão em Ecologia” para a região Sul do Brasil
 25. “Membro honorário” da Academia Brasileira de Extensão Rural, 2013
 26. “Titular” da Academia Brasileira de Ciência Agronômica, 2014
 27. “Troféu Governador Celso Ramos”, da Câmara de Vereadores de Florianópolis, 2015
 28. “Homenagem ao Administrador”, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2015
 29. “Homenagem” da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, por serviços prestados à Extensão Rural naquele estado – 2009
 30. Certificado da Organização Mundial para Saúde Animal/ OIE (Certificate of Foot and Mouth Disease Status of Brazil)

13 Algumas realizações consideradas importantes

13.1 Quando chefe do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura

- a. Mecanização das lavouras
- b. Criação do Posto Agropecuário de Araranguá que veio a se transformar no Centro de Treinamento da Acaresc, atualmente da Epagri

13.2 Quando administrador da Cango

- a. Assentamento de 3.500 famílias de agricultores no sudoeste do Paraná
- b. Construção e funcionamento de 20 escolas primárias e 300 quilômetros de estradas
- c. Co-fundador da atual cidade de Francisco Beltrão, no Paraná

13.3 Quando Secretário Executivo da Acaresc: 1956-1975

- a. Implantação de 160 escritórios municipais (locais) e 15 regionais de Extensão Rural em Santa Catarina
- b. Construção de 5 centros de treinamento em Santa Catarina
- c. Implantação de 300 clubes 4S (Juventude Rural)
- d. Implantação de 450 hortas escolares
- e. Implantação de 90.000 hortas domésticas
- f. Construção e/ou proteção de 25.000 poços e 15.000 nascentes de água potável
- g. Criação do movimento cooperativista no meio catarinense, com a implantação de

14 Cooperativas agropecuárias

- h. Implantação de meios educativos de comunicação rural, a partir de 1956, mediante o uso de diapositivos, filmes, álbum seriado, rádio, jornal, televisão e demonstrações práticas de campos, dias de campo, exposições e excursões educativas, propriedades educativas, que mudaram os hábitos, atitudes e habilidades de 100.000 famílias rurais catarinenses, 1956-1975
- i. Implantação de práticas de conservação do solo em 60.000 propriedades rurais
- j. Implantação da Unidade de Pesquisa Aplicada de São Joaquim, hoje Estação Experimental da rede da Epagri
- k. Implantação das Estações de Pesquisa para a Avaliação de Reprodutores, Avaliação de Carcaças e de Rações de Suínos onde hoje está instalado o Centro Nacional de Suínos e Aves, em Concórdia, Santa Catarina

-
- l. Implantação da criação de aves em confinamento no estado de Santa Catarina
 - m. Implantação da Criação de Suínos Tipo Carne em Sistema Confinado em Santa Catarina
 - n. Implantação da produção de frutas de clima temperado (Maça, pera, ameixa, pêsego, nectarina e uva) através do Profit, em escala comercial
 - o. Introdução do uso de rações balanceados na pecuária, de sementes certificadas e de milho híbrido, em Santa Catarina
 - p. Coautor do Estatuto da Terra
 - q. Introdução da raça bovina Flekwhieh no Brasil
 - r. Introdução das pastagens (gramíneas) *Brachiaria decumbens* e *Brachiaria ruziziensis*, em Santa Catarina

13.4 Quando Secretário da Agricultura

- a. Criação do Fundo de Estímulo à Produtividade/Fepro e Fundo Agropecuário/FAP, formas de subsídio aos agricultores
- b. Criação da Campanha Contra a Febre Aftosa/Cafasc, expandida pela Cidasc, que veio livrar Santa Catarina da aftosa, sem vacinação
- c. Implantação da correção dos solos catarinenses mediante a aplicação de 300.000 toneladas de calcário, por ano, durante 6 anos de mandato
- d. Implantação de Serviço de Inseminação Artificial – SFRIA, para melhoramento do rebanho bovino catarinense

13.5 Quando Presidente da Embrater

- a. Credenciamento de 1.400 escritórios privados de planejamento e assistência técnica no setor agrossilvopastoril brasileiro
- b. Construção de sedes de serviço de extensão rural em todos os estados do país, com exceção do Paraná, onde já existia
- c. Construção de Centros de Treinamentos em cada estado (Com exceção do Paraná), sendo mais 3 em Santa Catarina (hoje são 9 ao todo, a maior rede do Brasil)
- d. Construção da sede da Embrater, em Brasília, hoje Assembleia Legislativa do Distrito Federal
- e. Inclusão da defesa do ambiente natural na definição de objetivos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), órgão coordenador da extensão rural no Brasil, quando presidente da instituição
- f. Implantação de campanha para construção de biodigestores

-
- g. Apoio financeiro à Cidade das Abelhas, em Florianópolis, SC
 - h. Tratativas e apoio financeiro para a criação da Estação Experimental da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, instalada na Barra da Lagoa da Conceição

13.6. Quando Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

- a. Construção do Centro de Ciências Agrárias e implantação do Curso de Agronomia e do Mestrado em Aquicultura
- b. Construção de Estação Experimental de Aquicultura, no bairro Itacorubi (Florianópolis, Santa Catarina)
- c. Implantação da Pró-Reitoria de Planejamento e criação de Sistemas de Avaliação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária na UFSC, na gestão Rodolfo Pinto da Luz

13.7 Quando Presidente da Companhia de Desenvolvimento da Agricultura Catarinense (Cidasc)

- a. Implantação do novo sistema de drenagem para fins agrícolas a partir de várzeas no município de Tubarão, Santa Catarina
- b. Controle da raiva mediante o uso de redes especiais e tratamentos nos transmissores
- c. Ampliação do controle da febre aftosa que veio a tornar Santa Catarina o único estado brasileiro livre da doença, sem vacinação, a partir da Secretaria da Agricultura e consolidada pela Cidasc (o Comprovante deste fato está expresso no Certificado da Organização Mundial para Saúde Animal (OIE))

ANEXO 2 – Imagens históricas

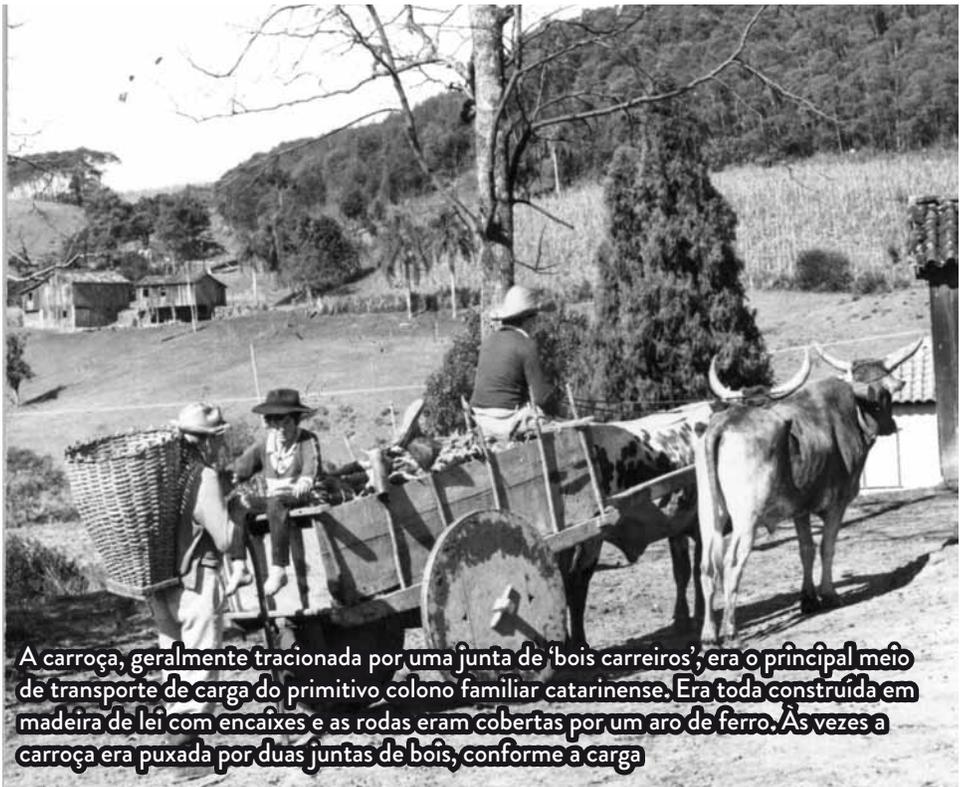
Fotos do autor e do acervo da Epagri



○ cultivador de tração animal (primeira foto) veio amenizar o duro trabalho das famílias rurais produtoras. Na segunda foto, uma agricultora do Meio-Oeste do estado, na década de 1950, carpindo com o uso da enxada. A extensão rural era consciente da necessidade dessa mudança. A tendência atual é a automação total da agricultura



A enxada ainda não foi banida da agricultura catarinense, tampouco da brasileira ou da mundial. O povo das cidades, especialmente os funcionários que preferem o ar condicionado nas salas onde cumprem seus expedientes, não avaliam com a devida sensibilidade o esforço dos trabalhadores rurais para lhes garantir o 'pão de cada dia'



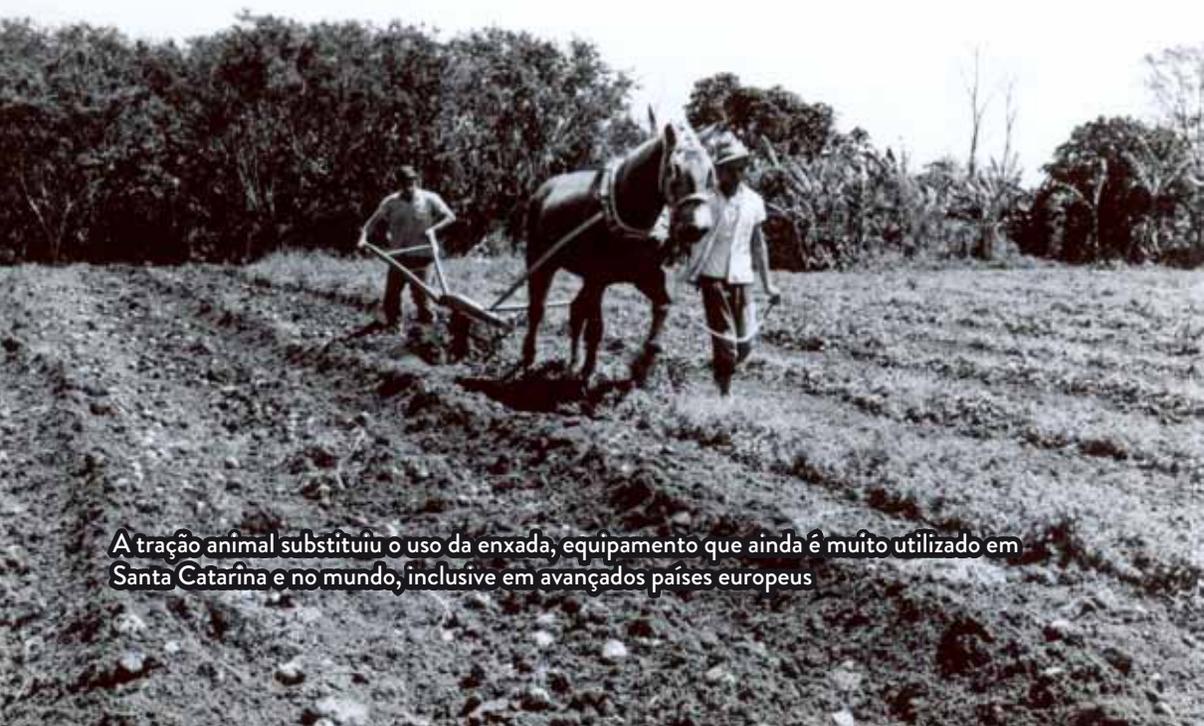
A carroça, geralmente tracionada por uma junta de 'bois carreiros', era o principal meio de transporte de carga do primitivo colono familiar catarinense. Era toda construída em madeira de lei com encaixes e as rodas eram cobertas por um aro de ferro. Às vezes a carroça era puxada por duas juntas de bois, conforme a carga



○ saraquá foi e ainda é uma máquina semeadeira de uso manual, em pequenos plantios. Na foto um grupo de agricultores e agricultoras no final da década de 1960 recebe instruções de uso do extensionista Osman Gomes, já com cabelos e bigode embranquecidos prematuramente



Uma importante etapa na evolução da agricultura foi a substituição do semeio a lançô, ou o plantio com saraquã, pela semeadeira-adubadeira de tração animal, a partir da década de 1940, incentivada pela extensão rural nas décadas de 1950 e 1960. Já no final dos anos de 1960 o trator veio substituir a tração animal



A tração animal substituiu o uso da enxada, equipamento que ainda é muito utilizado em Santa Catarina e no mundo, inclusive em avançados países europeus



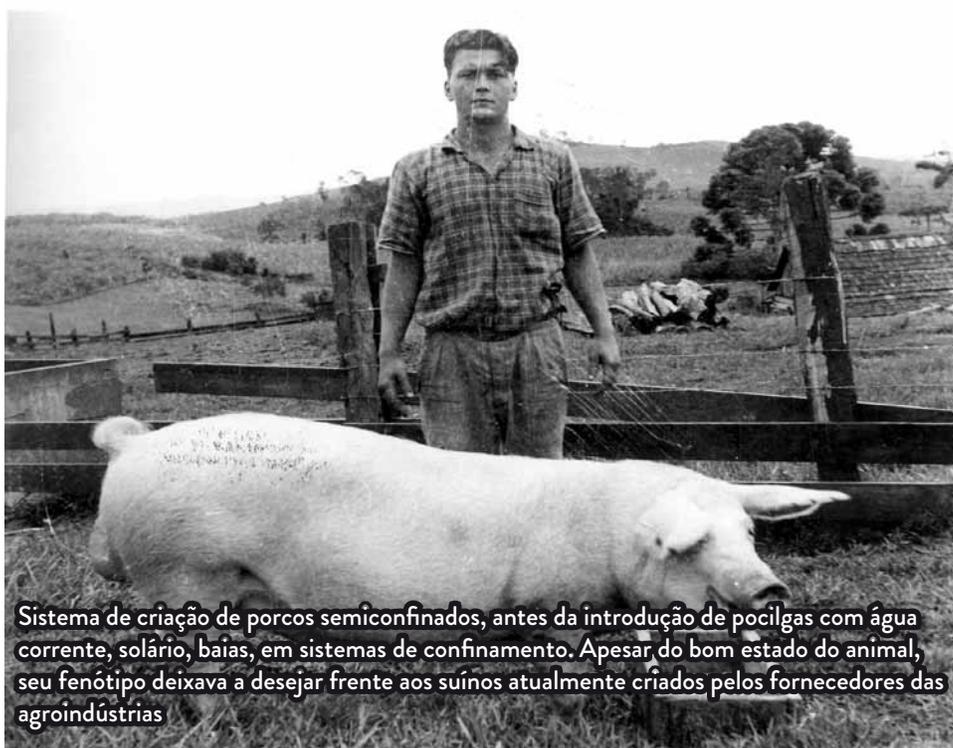
A mecanização motorizada do agricultor familiar teve início com o uso dos conhecidos ‘tobatas’, que passaram a substituir a tração animal, dando mais comodidade aos trabalhadores rurais. Os custos de produção, entretanto, se tornaram mais elevados e o agricultor passava a depender de fatores de produção e serviços externos às propriedades rurais, a exemplo do combustível, oficinas mecânicas etc.



Preparo do solo para a formação dos primeiros pomares de maçã comercial de larga escala, em Fraiburgo, SC. Era usado um arado que revolvia a terra a mais de 60cm, tracionado por trator e com uma pessoa que fazia peso para garantir o aprofundamento. Era a década de 1970, início do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (Profit). Operando o arado, o autor desta publicação

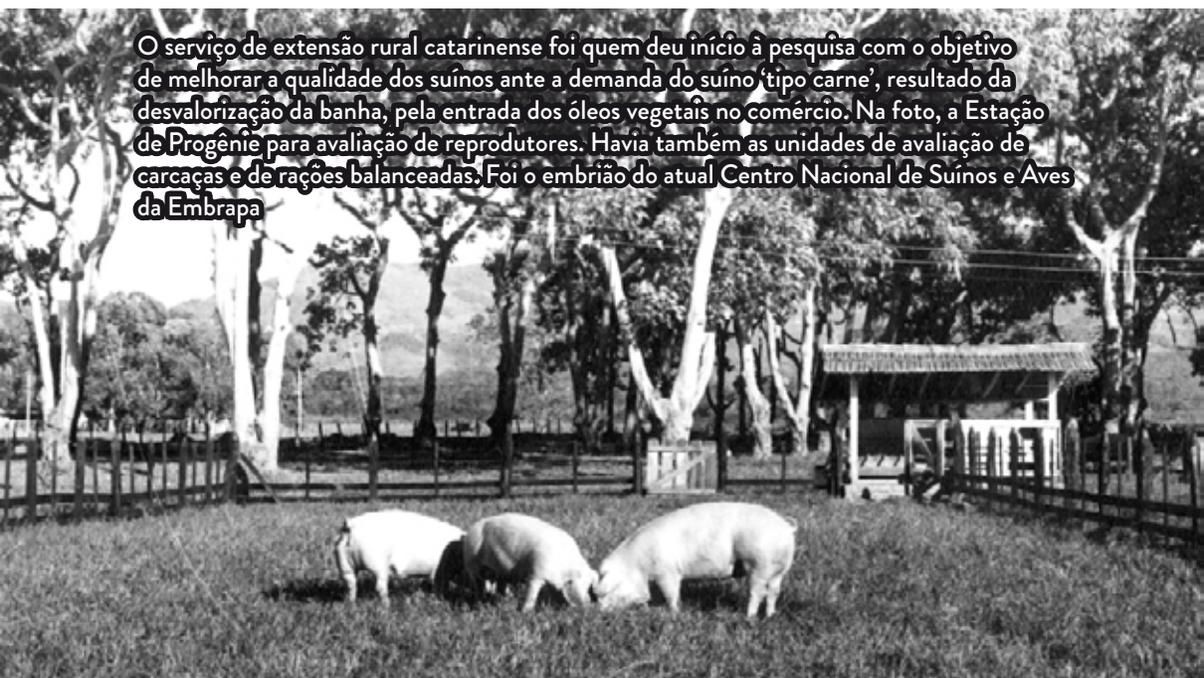


A sistematização de terrenos para o plantio de arroz irrigado no Brasil teve início com a chegada de colonos italianos no Vale do Itajaí, no século 19. A sistematização de várzeas para plantio do arroz, tecnicamente correta, começou no Sul de Santa Catarina e no Vale do Itajaí, com o Provárzeas, projeto da Acaresc, na década de 1960. Já na década de 1970 foi o primórdio do Provárzeas Nacional, de iniciativa do Ministério da Agricultura. E na década de 1980 o Provárzeas Nacional foi entregue para a administração da Embrater



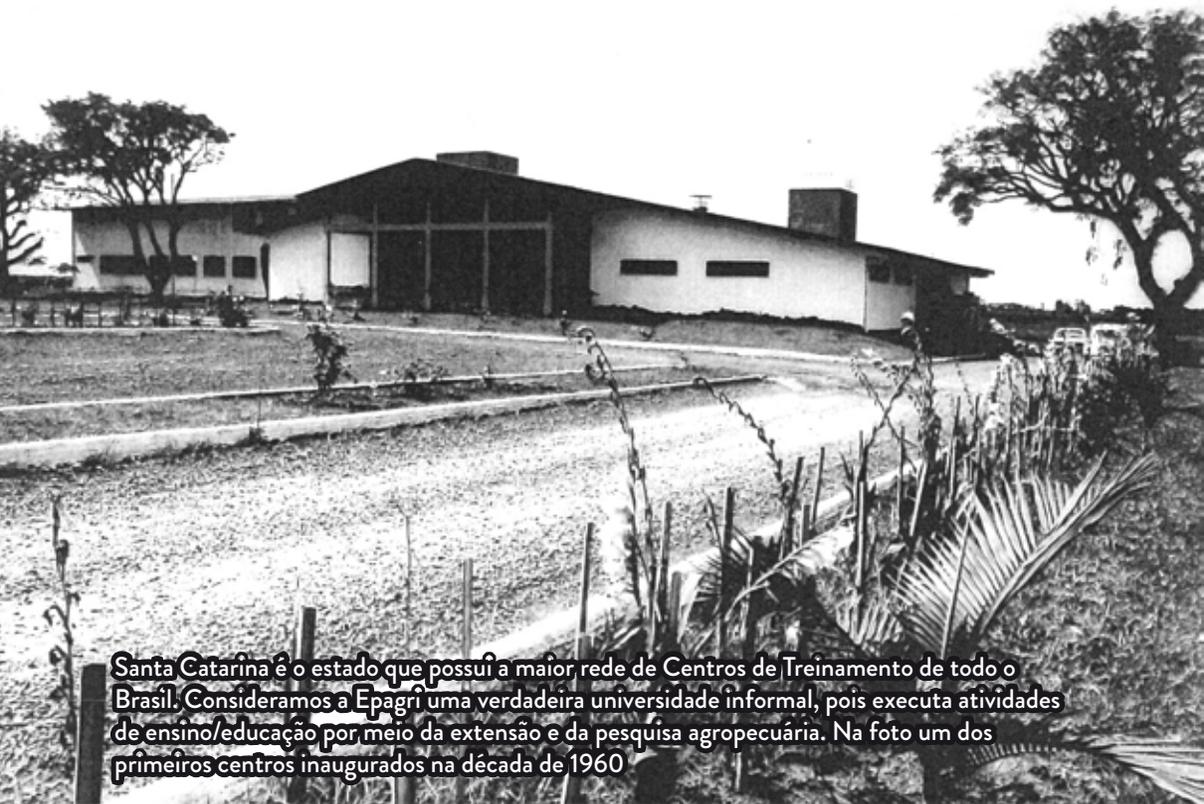
Sistema de criação de porcos semiconfinados, antes da introdução de pocilgas com água corrente, solário, baias, em sistemas de confinamento. Apesar do bom estado do animal, seu fenótipo deixava a desejar frente aos suínos atualmente criados pelos fornecedores das agroindústrias

O serviço de extensão rural catarinense foi quem deu início à pesquisa com o objetivo de melhorar a qualidade dos suínos ante a demanda do suíno 'tipo carne', resultado da desvalorização da banha, pela entrada dos óleos vegetais no comércio. Na foto, a Estação de Progenie para avaliação de reprodutores. Havia também as unidades de avaliação de carcaças e de rações balanceadas. Foi o embrião do atual Centro Nacional de Suínos e Aves da Embrapa

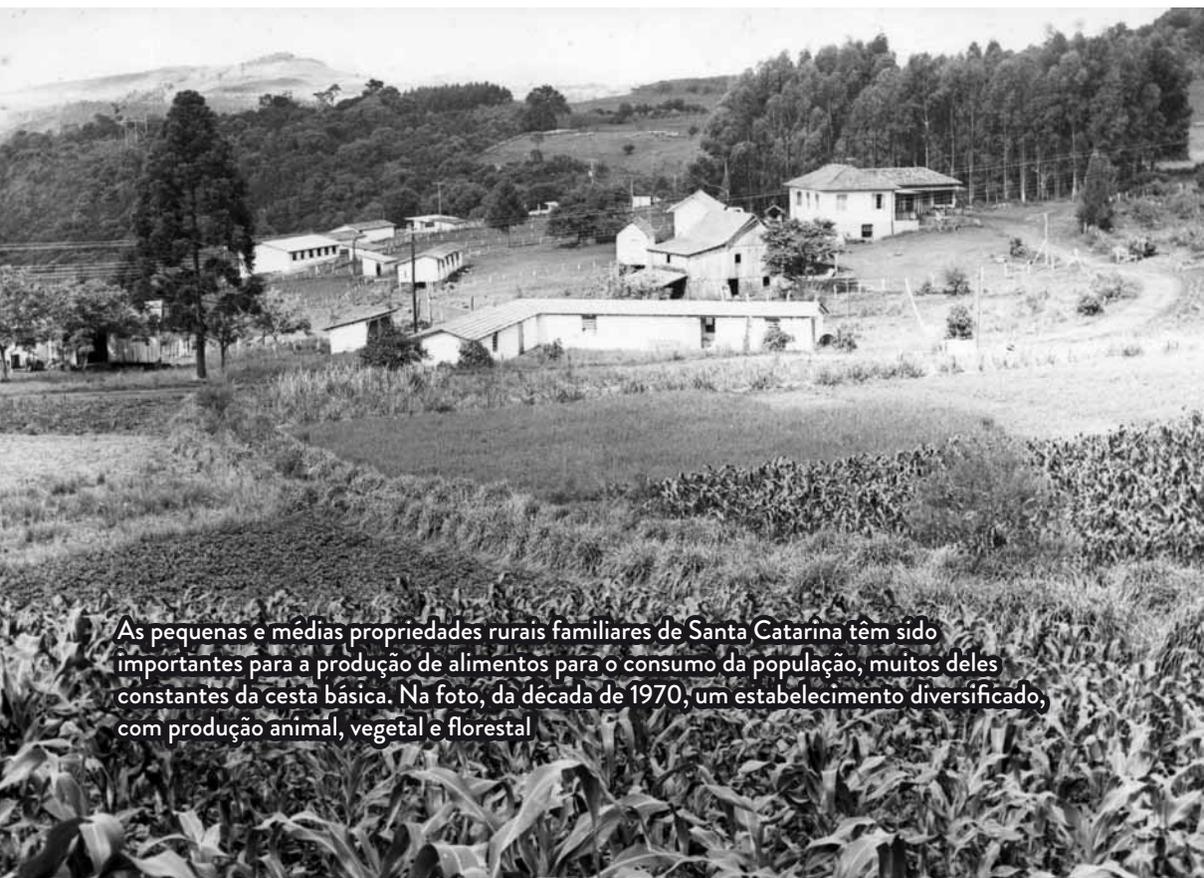


Curso sobre técnicas a serem usadas no plantio da soja, a exemplo da melhor época para a semeadura, espaçamento e densidade, inoculação de Rhizobium nas sementes. Esta bactéria, fixadora do nitrogênio do ar nas raízes da futura planta, reduz expressivamente as adubações químicas com o macroelemento fertilizante. Os participantes são os 'líderes rurais' que irão divulgar nas suas comunidades ou grupos de vizinhança o plantio correto da soja





Santa Catarina é o estado que possui a maior rede de Centros de Treinamento de todo o Brasil. Consideramos a Epagri uma verdadeira universidade informal, pois executa atividades de ensino/educação por meio da extensão e da pesquisa agropecuária. Na foto um dos primeiros centros inaugurados na década de 1960



As pequenas e médias propriedades rurais familiares de Santa Catarina têm sido importantes para a produção de alimentos para o consumo da população, muitos deles constantes da cesta básica. Na foto, da década de 1970, um estabelecimento diversificado, com produção animal, vegetal e florestal

-  www.epagri.sc.gov.br
-  www.youtube.com/epagritv
-  www.facebook.com/epagri
-  www.twitter.com/epagrioicial
-  www.instagram.com/epagri
-  linkedin.com/company/epagri
-  <http://publicacoes.epagri.sc.gov.br>

Glauco Olinger, catarinense de nascimento, dedicou grande parte de seus 97 anos à Extensão Rural, atividade que iniciou no Brasil em 1948. Nessa trajetória, desempenhou várias funções, como o ensino agrícola, o fomento agropecuário, a política agrária, consultoria internacional, entre outras. Destacou-se como Secretário da Agricultura e Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina e Presidente da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater). Foi fundador e diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Como fundador da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, a Acaresc, em 1956, e seu gestor por vários anos, Glauco promoveu avanços na agricultura, sendo pioneiro em métodos de difusão agropecuária, técnicas de conservação do solo, estimulando a introdução de equipamentos agrícolas modernos para a época e a educação para jovens e mulheres agricultoras. Trouxe ao Estado as primeiras raças de suínos tipo carne, que alavancaram a agroindústria catarinense e brasileira, bem como raças especializadas de gado leiteiro. Incentivou o cooperativismo e implantou o Programa de Fruticultura de Clima Temperado que, somado aos esforços da pesquisa agropecuária catarinense, tornou Santa Catarina líder na produção de maçãs. Apoiou ainda a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a atual Embrapa.

Se hoje o território barriga verde é modelo nacional e internacional em tecnologias agropecuárias, isso não aconteceu por acaso. O papel de Glauco Olinger foi decisivo para o Estado atingir esta realidade.

